

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO GCONT.F 91.109/2025		
OBJETO DO CERTAME		
Contratação de serviços de Apólice de Seguro de Transporte Nacional das Operações Logísticas da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB, em conformidade com o Termo de Referência.		
SESSÃO PÚBLICA	ABERTURA DE PROPOSTAS	
www.gov.br/compras Unidade Compradora (UASG): 113206	06/10/2025 às 10:00 horas.	
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO		
SIGILOSO (conforme art. 34 da lei 13.303/16)		
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	EXCLUSIVA ME/EPP?	EXIGE PROVA DE CONCEITO?
Menor Preço Global	NÃO	NÃO
LOCAL DE ENTREGA / EXECUÇÃO DO SERVIÇO		
Abrangência no Território Nacional		
ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E ENVIO DE DOCUMENTOS		
Endereços eletrônicos: liviadias@inb.gov.br e gcont@inb.gov.br . Assunto: Pregão Eletrônico GCONT.F 91.109/2025. Endereço físico: Indústrias Nucleares do Brasil S/A – INB Gerência de Contratações – GCONT.F Rod. Presidente Dutra, km 336, s/nº - Engenheiro Passos – Resende/RJ - CEP: 27555-000		
REFERÊNCIA DE TEMPO		
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).		
ANEXOS AO EDITAL		
Anexo I - Modelos de Documentos Anexo II - Minuta de Instrumento Contratual Anexo III - Termo de Referência Anexo IV - Planilha de Preços		

INSTRUÇÕES AOS LICITANTES

A INB torna público que realizará licitação de abrangência nacional na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento pelo menor preço por lote, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, sendo a presente licitação e a consequente contratação regidas pela Lei n.º 13.303/2016, pelo rito da Lei n.º 14.133/2021 e pelo Regulamento de Licitações e Contratos da INB, disponível em www.inb.gov.br/licitacoes, bem como pelas disposições estabelecidas neste Edital e demais normas legais correlatas.

1. Preâmbulo

- 1.1. Este documento contém regras a serem observadas pelos licitantes para participação, elaboração e apresentação da Proposta e atendimento as condições de habilitação.
 - 1.1.1. Define-se como **Proposta Comercial** o conjunto de documentos contendo dados e informações relacionadas ao fornecimento de que trata este Edital, incluindo dados comerciais, dados técnicos, catálogos, diagramas e desenhos, planilhas de composição de custos e outras informações complementares apresentadas pelo Licitante.
 - 1.1.2. Define-se como **Habilitação** o conjunto de documentos capazes de demonstrar a capacidade jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira do Licitante.
- 1.2. Entendem-se como Documentos de Licitação este Edital, como também os suplementos ao mesmo que venham a ser emitidos pela INB.
- 1.3. A contratação do objeto de que se trata a presente Licitação será adjudicada a **uma única empresa**, respeitadas as condições estabelecidas neste Edital. As Propostas deverão contemplar o fornecimento total do objeto desta Licitação, não sendo aceitas propostas para fornecimento parcial.
- 1.4. O valor estimado da Licitação é sigiloso conforme determina o item 2.4 do Capítulo 4 Regulamento Interno de Licitações e Contratos da INB, bem como o art. 34 da Lei n.º 13.303/2016.
- 1.5. **Em caso de eventual divergência existente entre as especificações técnicas descritas no Compras.gov e as especificações constantes deste Edital, prevalecerá sempre o especificado no Edital do certame.**
- 1.6. O presente Edital foi aprovado pela Consultoria Jurídica da INB, por intermédio do Parecer COOCT.P n.º 208/25 de 03 de setembro de 2025, nos termos do item 2.1.1 do Capítulo 4 do Regulamento de Licitações e Contratos da INB.

2. Prazo e Local de Execução do(s) Serviço(s)

- 2.1. O prazo para execução do(s) serviço(s) será de 24 (vinte e quatro) meses, contados das 24 (vinte e quatro) horas do dia 22 de outubro de 2025 até as 24 (vinte e quatro) horas do dia 22 de outubro de 2027.
- 2.2. O prazo acima estabelecido para a execução do(s) serviço(s) poderá ser prorrogado por até 3 (três) novos períodos de 12 (doze) meses cada.
- 2.3. O(s) serviço(s) será(ão) executado(s) no endereço informado na capa deste Edital.

3. Condições de Participação

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo objeto social seja compatível com o objeto desta Licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no site www.gov.br/compras.
 - 3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

- 3.1.2. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à INB responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados considerados impedidos pela legislação em vigor, tais como aqueles que:
 - 3.2.1. Tenham sofrido penalidade ou proibição que, de algum modo, limite a sua participação em licitações ou sua contratação pela Administração Pública, nas hipóteses legais em que a abrangência das sanções alcance a INB, a exemplo das previstas nas Leis 8.666/93, 10.520/02, 14.133/21, 12.527/2011, 12.529/2011 e 9.605/98;
 - 3.2.2. Estejam sob decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação.
 - 3.2.2.1. No caso de recuperação judicial ou extrajudicial, poderá participar a empresa que apresentar o comprovante de deferimento da recuperação judicial ou extrajudicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial.
 - 3.2.3. Se enquadrem em alguma das vedações previstas na Lei nº 13.303/2016, notadamente em seus artigos 38 e 44.
 - 3.2.4. Possuam vínculo familiar com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na INB, conforme determinação do Decreto nº 7.203/2010.
 - 3.2.5. Cujo administrador ou sócio com poder de direção que tenham relação de parentesco com:
 - I. detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela contratação ou;
 - II. autoridade hierarquicamente superior no âmbito da INB, conforme Decreto nº 9.507/2018.
- 3.3. Os impedimentos serão verificados perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos mantidos pelo Executivo Federal, Cadastro Licitante Inidôneo mantido pelo TCU, e outros sistemas cadastrais pertinentes que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme o caso.
- 3.4. O licitante poderá participar desta licitação por intermédio de sua matriz ou filial, desde que cumpra as condições exigidas para habilitação e credenciamento, em relação ao estabelecimento com o qual pretenda participar do certame.

4. Condições de Participação de Seguradoras em Operações de Cosseguro

- 4.1. Será admitida a participação de seguradoras em regime de cosseguro, desde que observadas integralmente as disposições da Resolução CNSP nº 451/2022, suas eventuais atualizações, bem como os demais normativos aplicáveis à matéria, a exemplo da Lei Complementar nº 126/2007 e do Código Civil Brasileiro, especialmente o artigo 761.
- 4.2. A operação de cosseguro deverá observar o princípio da ausência de solidariedade entre as sociedades seguradoras, conforme expressamente previsto na regulamentação da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Não será admitida, em hipótese alguma, a participação de seguradora sem a correspondente assunção de risco, nos termos pactuados na apólice.
- 4.3. A apólice/contrato de cosseguro deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- 4.3.1.A qualificação completa (nome empresarial e CNPJ) de todas as seguradoras participantes da operação, com a indicação expressa dos limites máximos de responsabilidade assumida por cada uma;
- 4.3.2.A identificação da seguradora líder, bem como a definição clara de suas atribuições de representação perante a contratante, emissão da apólice, regulação e liquidação de sinistros;
- 4.3.3.A cláusula que disponha expressamente sobre a inexistência de solidariedade entre as cosseguradoras.
- 4.4. O pagamento da indenização devida, nas hipóteses de sinistro coberto, deverá ser realizado integralmente pela seguradora líder, ainda que os valores correspondam proporcionalmente às responsabilidades assumidas por cada uma das demais seguradoras participantes da operação. Caberá à líder o repasse interno, conforme pactuado no instrumento contratual entre as cosseguradoras.
- 4.5. A seguradora líder será a única responsável pelo relacionamento técnico e administrativo com a INB, incluindo, mas não se limitando, à emissão da apólice, ao recebimento de notificações, à prestação de informações e à condução integral dos processos de regulação e liquidação de sinistros.
- 4.6. Todas as seguradoras participantes da operação de cosseguro deverão apresentar individualmente a documentação exigida para a habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, nos moldes do edital de licitação e conforme estabelecido na legislação vigente.

5. Formalização de Consultas

- 5.1. Até 05 (cinco) dias úteis antes da data limite para o recebimento das propostas, qualquer interessado poderá enviar à INB pedido de esclarecimento acerca deste Edital, através dos endereços eletrônicos constantes na capa deste Edital.
- 5.2. Antes da data limite de recebimento das Propostas, a INB poderá emitir suplementos para rever, emendar ou modificar qualquer parte deste Edital.
 - 5.2.1. Os suplementos a este Edital que afetem, inquestionavelmente, a formulação da Proposta, ocasionarão a reabertura do prazo inicialmente estabelecido.
- 5.3. Todos os esclarecimentos e suplementos emitidos serão disponibilizados no sistema eletrônico. No caso de esclarecimentos, a resposta da INB não identificará a fonte que os solicitou.
- 5.4. É de responsabilidade do Licitante manter-se atualizado quanto a quaisquer alterações ou esclarecimentos acerca do Edital, através de consulta permanente ao sistema eletrônico, não cabendo à INB a responsabilidade pela não observância desse procedimento.
- 5.5. Não deverão ser consideradas pelos licitantes na formulação de sua Proposta quaisquer informações ou esclarecimentos obtidos de forma diversa da acima estabelecida.
- 5.6. Os interessados em ter vistas ao processo administrativo, respeitado o sigilo do valor estimado da contratação e dos documentos relativos à formação de preços, poderão solicitar, previamente, acesso aos documentos através de pedido enviado para a INB por meio eletrônico para os endereços constantes na capa deste Edital.

6. Impugnação ao Edital

- 6.1. Qualquer cidadão poderá impugnar o instrumento convocatório de licitação, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, devendo o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela Área Requisitante, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis.

- 6.2. A impugnação deverá ser dirigida ao Pregoeiro(a), através dos endereços eletrônicos constantes na capa deste Edital, devendo ser informado, no campo “assunto”, o número da licitação.
- 6.3. Não serão aceitas as impugnações que:
 - 6.3.1. Forem entregues fora do prazo legal;
 - 6.3.2. Forem interpostas por representante não habilitado legalmente para responder pelo Licitante.
 - 6.3.3. Nesse caso, aquele não habilitado enquanto representante, deve apresentar impugnação na forma do item 6.1.

7. Apresentação de Proposta

- 7.1. O licitante cadastrará sua Proposta Inicial exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, momento em que o prazo para cadastramento de novas propostas será automaticamente encerrado.
 - 7.1.1. A oferta registrada no sistema eletrônico deverá considerar o o valor ofertado para cada item, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto, considerando o serviço dimensionado no Termo de Referência e de acordo com as cláusulas do Modelo de Instrumento Contratual anexos a este Edital.
 - 7.1.2. O Licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico:
 - I. que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.
 - II. que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
 - III. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
 - IV. que a proposta apresentada para participar da licitação foi elaborada de maneira independente.
 - V. que se enquadra como ME ou EPP, para usufruir da preferência de contratação estabelecidas na Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e no Decreto 8.538 de 06 de outubro de 2015, quando for o caso.
- 7.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta, ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ao direito de preferência sujeitará o Licitante às sanções previstas neste Edital.
- 7.3. O licitante ao firmar por meio do sistema eletrônico as declarações acima, ratifica que cumpre todos os requisitos do edital e seus anexos, inclusive os requisitos de habilitação, pela qual se depreende que, sob os efeitos da lei, não se enquadra nas hipóteses de impedimentos de participar e de ser contratada pela INB, e que nenhum sócio ou administrador possui vínculo familiar com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na INB, conforme determinação do Decreto n.º 7.203/2010.
- 7.4. Até a data e hora estabelecida neste Edital para a Abertura da Proposta os licitantes poderão retirar ou substituir a oferta de preço cadastrada no sistema.
- 7.5. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu

nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8. Abertura da Sessão do Pregão

- 8.1. O licitante cadastrará sua Proposta Inicial exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública indicados na capa do edital, momento em que o prazo para cadastramento de novas propostas será automaticamente encerrado.
- 8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 8.3. Cabe ao Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.4. O Licitante somente poderá oferecer percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
 - 8.4.1. O intervalo mínimo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto ao lance de menor valor deverá ser de 0,05% (cinco centésimos por cento).
- 8.5. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o Licitante desistente às sanções constantes neste Edital.
- 8.6. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais licitantes.
- 8.7. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance nos últimos 02 (dois) minutos do período inicial da sessão pública.
 - 8.7.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 8.7.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 8.8. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o(a) Pregoeiro(a), assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.9. No caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes pelo período de 10 (dez) minutos para recepção dos lances.
 - 8.9.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes no sistema eletrônico.
- 8.10. Encerrada etapa de lances os licitantes, a qualquer momento, poderão registrar seus questionamentos para o(a) Pregoeiro(a), através do sistema eletrônico.
- 8.11. Caso a empresa vencedora da disputa seja uma ME ou EPP, a licitação terá sua

continuidade normal.

- 8.12. Se a empresa vencedora da disputa não for uma ME ou EPP, o Sistema verificará se há registro de lances classificados dentro do intervalo de até 5% (cinco por cento) de valores superiores ao da empresa vencedora da disputa, procedendo à convocação da empresa ME ou EPP melhor classificada, que se encontra em situação de empate ficto, para que a mesma ofereça lance de valor inferior ao da empresa vencedora da disputa no prazo de até 05 (cinco) minutos, caso seja do seu interesse.
- 8.13. Caso o empate ficto ocorra após o encerramento da sessão pública de disputa de lances, em virtude de desclassificação, a ME ou EPP melhor classificada será convocada através da área de mensagens do sistema eletrônico, onde será informado data e horário limite para que o Licitante exerça seu direito no prazo máximo de 5 (cinco minutos).
- 8.14. Se a ME ou EPP ofertar lance inferior ao lance vencedor, o Sistema reclassificará a empresa com lance superior àquele novo lance classificado, de maneira que a ME ou EPP ofertante do melhor lance seja considerada como arrematante do lote e registrará oficialmente o valor do lance ofertado.
- 8.15. Na hipótese da não apresentação de lance pela ME ou EPP melhor classificada, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 8.16. Na eventualidade de todas as ME's ou EPP's virem a ser desclassificadas, reassumirá a condição de primeira classificada a empresa autora da proposta de menor valor, originalmente apresentada na sala de disputa.
- 8.17. Após aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, persistindo o empate, serão seguidos os critérios estabelecidos no art. 55 da Lei 13.303/16.

9. Aceitabilidade da Proposta

- 9.1. O critério de julgamento utilizado neste Pregão será aquele estabelecido na capa deste Edital, observados o valor estimado da contratação, o prazo de execução, a compatibilidade com o Termo de Referência e demais condições definidas neste Edital.
- 9.2. O(a) Pregoeiro(a) deverá, através do sistema eletrônico, negociar uma redução no último valor ofertado pelo Licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para que seja obtida a melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
 - 9.2.1. Caso o menor valor negociado esteja acima do orçamento estimado e aprovado pela INB para a contratação, o Licitante terá sua oferta desclassificada, passando o(a) Pregoeiro(a) a examinar as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade.
- 9.3. **O Licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar**, que tiver sua oferta de preços aceita pela INB, deverá encaminhar sua Proposta atualizada por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema eletrônico, no prazo de **até 02 (duas) horas**, contado da convocação efetuada pelo(a) Pregoeiro(a).
 - 9.3.1. O prazo referido no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo Licitante durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo(a) Pregoeiro(a) ou prorrogado de ofício pelo(a) Pregoeiro(a) caso este constata a insuficiência do prazo inicialmente estipulado.
- 9.4. A Proposta a ser enviada pela empresa arrematante deverá ser elaborada preferencialmente conforme modelo de planilha de preço anexa a este Edital.

- 9.5. A proposta será feita em moeda nacional e não será admitido no preço unitário do item, nem no valor global, o fracionamento de centavos que ultrapassar 02 (duas) casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente.
- 9.6. Será rejeitada a proposta que apresentar valores globais ou unitários irrisórios ou iguais a zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações do Licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.
- 9.7. Para a verificação das propostas com indício de inexecutabilidade, poderão ser utilizados os critérios previstos no §3º do art. 56 da Lei 13.303/16, bem como o Art. 34 IN SEGES/ME 73/23.
- 9.8. O prazo de validade da Proposta não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data da abertura da Licitação.
- 9.9. Será desclassificado o Licitante que não corrigir ou não justificar, dentro do prazo estabelecido, eventuais falhas apontadas pelo(a) Pregoeiro(a) na proposta apresentada.

10. Habilitação

- 10.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos, e dos documentos complementares especificados neste Edital.
- 10.2. Os documentos necessários para comprovar a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, além de condições adicionais, eventualmente detalhadas nos itens a seguir, deverão ser enviados pelo Licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar por meio de campo próprio do sistema, caso não estejam contemplados no Sicaf e quando solicitado pelo Pregoeiro, no prazo estabelecido por ele durante a fase de habilitação.
- 10.3. Quando houver inabilitação do primeiro colocado, serão requeridos e avaliados os documentos do próximo colocado e assim sucessivamente.
- 10.4. O prazo para envio dos documentos será de 02 (duas) horas, e poderá ser prorrogado por solicitação da Licitante por igual período quando ocorrer motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro(a), ou prorrogado a critério do Pregoeiro(a) quando constatar-se que o prazo não é suficiente para o envio de todos os documentos exigidos no edital.
- 10.5. **A documentação a ser verificada através do Sicaf será a seguinte:**
 - 10.5.1. **Documentação relativa à habilitação jurídica**
 - a) Ato Constitutivo, Estatuto, Contrato Social, ou documento equivalente, em vigor, devidamente registrado no órgão competente.
 - b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim exigir.
 - 10.5.2. **Documentação relativa à Regularidade Fiscal**
 - a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.
 - b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao Município ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
 - c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF).
 - d) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos

Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751/14.

Observação: Caso o Licitante enquadrado como ME ou EPP apresente alguma restrição relativa à regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o direito previsto no §1.º do Art. 4.º do Decreto 8.538/2015.

10.5.3. **Documentação relativa à Qualificação Econômico Financeira**

- a) Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do Licitante pessoa jurídica, devidamente válida.
 - Caso o Licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial deverá apresentar comprovante de deferimento da recuperação judicial ou homologação do plano de recuperação extrajudicial.
- b) Balanço Patrimonial do último exercício social exigível, apresentado na forma da lei e regulamentos na data de realização deste Pregão, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste Pregão.
- c) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social exigível, apresentado na forma da lei.

Os documentos exigidos para fins de qualificação econômico-financeira deverão comprovar o seguinte:

- Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

Sendo: Índice de Solvência (I.S.) = $AT / (PC + ELP)$;

Índice de Liquidez Geral (I.L.G.) = $(AC + RLP) / (PC + ELP)$;

Índice de Liquidez Corrente (I.L.C.) = AC / PC ;

Onde: AT = Ativo Total, AC = Ativo Circulante, RLP = Ativo Realizável a Longo Prazo, PC = Passivo Circulante, ELP = Passível Exigível a Longo Prazo.

- Patrimônio Líquido (PL) igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor da proposta apresentada.

Observação: As demonstrações contábeis deverão estar devidamente assinadas por profissional habilitado em Contabilidade e inscrito no CRC e pelo representante legal da empresa. Para sociedades empresárias que não adotem a forma de sociedade anônima: Balanço Patrimonial transcrito no Livro Diário, com Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrado na Junta Comercial ou órgão competente. As sociedades anônimas: demonstrações contábeis publicadas em jornal de grande circulação e conforme determina a legislação societária vigente. Empresas obrigadas à entrega da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos da Instrução Normativa vigente: demonstrações contábeis extraídas do Programa Validador e Autenticador (PVA), acompanhadas da declaração de enquadramento ou do comprovante de envio da ECD à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Empresas optantes pelo regime do Simples Nacional dispensadas da exigência de publicação em jornal e de registro das demonstrações na Junta Comercial: Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) assinados por contador legalmente habilitado. Empresas constituídas após o encerramento do último exercício social: balanço de abertura assinado por contador e arquivado no órgão competente.

10.6. **A documentação complementar a ser anexada no sistema eletrônico pelo**

Licitante será a seguinte:

10.6.1. Termo de Compromisso, na forma estabelecida na Cláusula 4 deste Edital, caso seja sociedade organizada sob forma de consórcio.

10.6.2. **Documentação relativa à Qualificação Técnica**

a) Comprovação através da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre aptidão para execução do fornecimento objeto da contratação.

➤ Será considerado compatível o(s) Atestado(s) que comprove(m) que o Licitante forneceu objeto similar ao licitado.

➤ Poderá ser solicitado ao Licitante, como forma de diligência para comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s), a apresentação da cópia do contrato que deu origem à contratação, notas fiscais referentes aos respectivos produtos/serviços, o endereço atual da contratante, o local em que o fornecimento foi executado, entre outros documentos julgados pertinentes.

10.6.3. **Declarações e Autorizações**

a) Declaração de Confidencialidade, conforme modelo disponibilizado em anexo, devidamente assinado pelo representante legal do Licitante, com o objetivo de assegurar o sigilo das informações e documentos trocados ao longo do processo licitatório.

b) Declaração de enquadramento societário/fiscal para fins de Avaliação Econômico-Financeira, conforme modelo disponibilizado em anexo. Essa declaração permitirá à Administração aferir de forma clara e objetiva a estrutura fiscal e societária da licitante, subsidiando a correta análise da documentação exigida para comprovação da qualificação econômico-financeira.

10.7. **O Licitante que possuir cadastro no [Portal de Fornecedores da INB](#) poderá apresentar somente os documentos listados a seguir:**

a) Documentos complementares estabelecidos no item 10.6.

b) Documentação relativa à Qualificação Econômico Financeira definida nas alíneas “b” e “c” do item 10.3.3, caso não estejam inseridas no SICAF.

12.7.1 O Licitante será responsável pela atualização cadastral no Portal de Fornecedores da INB.

10.8. No processo de habilitação do Licitante, o(a) Pregoeiro(a) verificará também o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos mantidos pelo Executivo Federal, Cadastro Licitante Inidôneo mantido pelo TCU, e outros sistemas cadastrais pertinentes que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta.

10.9. O(a) Pregoeiro(a) poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

10.10. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema eletrônico poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

10.10.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Gerência de Contratações da INB, no endereço físico indicado na capa deste Edital.

10.11. Os documentos encaminhados deverão estar em nome do Licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação

jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

10.12. Será inabilitado o Licitante:

- 10.12.1. Cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta Licitação ou que não atender a todas as exigências contidas neste Edital.
- 10.12.2. Que possua registro de ocorrência que a impeça de licitar e contratar com a INB ou que tenha sido declarado inidôneo para licitar com a Administração.
- 10.12.3. Que apresentar a documentação solicitada com defeitos considerados insanáveis.
 - 10.12.3.1. Consideram-se sanáveis os defeitos relacionados a documentos que declaram situações pré-existentes ou concernentes aos seus prazos de validade.
 - 10.12.3.2. Será concedido o prazo de até 01 (um) dia útil, prorrogável por igual período, para que o licitante corrija os defeitos sanáveis constatados em sua documentação de habilitação, apresentando, se for o caso, nova documentação, através de anexação em local próprio do site Compras.gov.
 - 10.12.3.3. Caso o licitante não atenda ao solicitado dentro do prazo estipulado, será inabilitado e estará sujeito, garantido o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas na legislação vigente e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da INB.

10.13. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o Licitante será declarado vencedor da Licitação.

11. Recursos Administrativos

- 11.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de **10 (dez) minutos**, registrar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema, ao final da fase de julgamento e do ato de habilitação ou inabilitação.
 - 11.1.1. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a adjudicação do objeto à licitante vencedora.
 - 11.1.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de lavratura da ata do pregão.
 - 11.1.3. As demais licitantes ficarão intimadas para, caso desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de divulgação da interposição do recurso.
 - 11.1.4. Será assegurado à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.2. Os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela Autoridade Competente, em conformidade com os prazos estabelecidos em Regulamento Interno de Licitações e Contratos.
- 11.3. As razões recursais deverão ser redigidas de forma legível, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, conter a identificação do recorrente, o resumo dos fatos, o ato apontado como irregular ou nulo, os fundamentos que embasam a pretensão do recorrente e o pedido de modificação, revogação ou anulação da decisão proferida.
- 11.4. Não serão aceitos os recursos administrativos que forem entregues fora do prazo legal ou que forem interpostos por representante não habilitado legalmente para responder

pelo Licitante.

- 11.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. Adjudicação e Homologação

- 12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, quando houver, o objeto da licitação ficará sujeito à adjudicação e à homologação pela Autoridade Competente, que analisará a conveniência e oportunidade da contratação e a legalidade dos atos praticados.
- 12.1.1. Se, por motivo de força maior ou caso fortuito, a homologação não puder ocorrer dentro do período de validade das Propostas, a presente licitação poderá ser suspensa caso persista o interesse da INB, quando será solicitada prorrogação geral da validade das propostas ao licitante vencedor, por igual prazo, no mínimo.
- 12.1.2. Deverá ser realizada consulta prévia ao CADIN antes da adjudicação. A existência de registro no CADIN constitui fator impeditivo para a contratação, sendo assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização, podendo ser prorrogado a critério da INB. A não-regularização no prazo previsto acima implicará decadência do direito à contratação, devendo a INB proceder com o ato de convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
- 12.2. A qualquer tempo, a licitação poderá ser revogada ou anulada, nos limites fixados pela Lei nº 13.303/2016.

13. Formalização do Instrumento Contratual

- 13.1. Homologada a licitação, a vencedora do Certame será convocada para assinar, no prazo de até 05 (cinco) dias da convocação feita pela INB, o Instrumento Contratual oriundo desta licitação, que se embasará no Modelo anexo neste Edital.
- 13.1.1. O prazo mencionado no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo Licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela INB.
- 13.1.2. A assinatura do Instrumento Contratual deverá ser feita, preferencialmente, na forma eletrônica utilizando certificado digital padrão ICP-Brasil. Caso o fornecedor não possa realizar a assinatura desta forma, este será convocado a comparecer à unidade da INB que realizou a licitação para assinatura física do Instrumento Contratual.
- 13.2. Se o Licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Instrumento Contratual ou não apresentar situação regular no ato da assinatura, estará sujeito às penalidades previstas neste Edital.
- 13.2.1. Neste caso, a INB poderá convocar o Licitante subsequente, respeitando a classificação do certame e as disposições relativas à preferência para a microempresa e empresas de pequeno porte, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, em conformidade com o Edital.
- 13.3. O Licitante vencedor deverá apresentar procuração devidamente reconhecida em cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa, quando o mesmo não constar do Contrato Social como pessoa autorizada a assinar em nome do Licitante.
- 13.4. A rescisão do instrumento contratual poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:
- 13.4.1. Por ato unilateral de qualquer das partes nas hipóteses e prazos descritos no

Instrumento Contratual, assegurada a prévia defesa da outra parte.

- 13.4.2. Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que seja conveniente para a INB e a Contratada.
- 13.4.3. Por determinação Judicial.
- 13.4.4. Nos casos estabelecidos no Instrumento Contratual.
- 13.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14. Sanções Administrativas

- 14.1. Aos licitantes que deixarem de entregar a documentação exigida para o certame, não mantiverem a proposta, não celebrarem o contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta e comportarem-se de modo inidôneo, poderão ser aplicadas as penalidades de suspensão temporária de licitar e contratar com a INB, conforme dosimetria abaixo, sem prejuízo da reparação dos danos causados a INB pelo infrator:
 - 14.1.1. Até 02 (dois) meses quando deixar de entregar documentação exigida para o certame.
 - 14.1.2. De 02 (dois) a 06 (seis) meses quando não mantiver sua proposta.
 - 14.1.3. De 06 (seis) a 12 (doze) meses quando não celebrar o Instrumento Contratual quando convocado dentro do prazo da validade da proposta.
 - 14.1.4. De 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses quando se comportar de modo inidôneo.
- 14.2. A reincidência nos atos previstos no item anterior, ocorridas no prazo de até 12 (doze) meses a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da penalidade a ser aplicada, limitado a 24 (vinte e quatro) meses.
- 14.3. Toda penalidade aplicada ao Licitante será precedida de processo administrativo, devidamente instruído com a descrição dos fatos ocorridos e do dispositivo editalício ou legal que tenha sido violado.
- 14.4. A aplicação das penalidades ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.
- 14.5. As penalidades aplicadas aos licitantes serão registradas no Cadastro de Fornecedores da INB e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).
- 14.6. As sanções previstas na Lei 13.303/16 e as do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da INB observarão também os termos da Lei 12.846/13.

15. Disposições Finais

- 15.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a INB revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.
- 15.2. O Licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do Licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido contratado, implicará na rescisão do Instrumento Contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 15.3. É facultado ao(à) Pregoeiro(a) ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, permitida a inclusão posterior de documento que ateste condição pré-

existente à abertura da sessão pública do certame.

- 15.4. Poderá ser realizada diligência da proposta nos termos do inciso VI e §2º do Art. 56 da Lei 13.303/16. Será concedido o prazo de até 01 dia útil, prorrogável por igual período, para que o licitante corrija ou justifique os defeitos sanáveis constatados em sua proposta, desde que não altere a sua substância, através de anexação em local próprio do site Compras.gov.
- 15.5. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 15.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 15.7. O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua Proposta.
- 15.8. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da competitividade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.9. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo(a) Pregoeiro(a) à luz da Lei 13.303/16 e do Regulamento de Licitações e Contratos da **INB**.
- 15.10. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes através do sistema eletrônico, ou ainda, mediante publicação na área de licitações do site da **INB**.
- 15.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos observar-se-á o que segue:
 - I. excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento;
 - II. os prazos somente serão iniciados e vencidos em dia e horário de expediente na unidade da **INB** que está realizando a Licitação.
- 15.12. Na ocorrência de qualquer fato superveniente ou na hipótese de caso fortuito ou de força maior será observado o seguinte:
 - I. Se o fato impedir a realização de sessão pública na data marcada, a referida sessão será adiada;
 - II. Os prazos que estiverem em curso serão suspensos, voltando a correr assim que a situação estiver normalizada.
- 15.13. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 15.14. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir as questões decorrentes deste documento licitatório, desistindo as partes de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



ANEXO I

MODELO DE DOCUMENTOS



1. Termo de confidencialidade de informações

Ass.: Pregão Eletrônico GCONT.F 91.109/2025

INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A - **INB**

Avenida Rio Branco, nº 01, Sala 1901,, Centro – Rio de Janeiro - RJ.

O signatário do presente declara ter pleno conhecimento de que, as INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A – **INB** estará permitindo o acesso aos locais de operação e a informações que são necessárias à operação de suas Unidades.

Em consequência, declara o signatário, formal e expressamente, que manterá sigilo e confidencialidade sobre todo e qualquer documento, dado ou informação que está ou lhe venha a ser confiado em razão da natureza desta Licitação ou da execução dos serviços contratados, que lhe sejam transmitidos pela **INB** em conformidade com o Decreto 7.845, Art. 48 de 14/11/2012, respondendo, na forma da Lei, por qualquer dano ou prejuízo causado em razão da violação do sigilo e confidencialidade ora mencionado.

O signatário compromete-se a efetuar a devolução de quaisquer documentos que venha a ter acesso em função do presente processo licitatório.

.....
(local)

(data)

.....
(assinatura do representante legal do Licitante)



2. Declaração de Enquadramento Societário-Fiscal para Fins de Avaliação Econômico-Financeira

Ass.: Pregão Eletrônico GCONT.F 91.109/2025

[Identificação do Licitante], inscrito no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a) **[Identificação do representante do Licitante]**, portador da identidade n.º e do CPF n.º, DECLARA, sob pena de aplicação de sanções administrativas e legais cabíveis, que esta sociedade, na presente data, se enquadra como:

- () Sociedade em Geral obrigada a adotar e a enviar Escrituração Contábil Digital – ECD / SPED - Contábil, nos termos do art. 2º do Decreto nº 6.022, de 2007 combinado com a Instrução Normativa vigente e alterações posteriores;
- () Demais Sociedades Empresariais ou Simples não obrigadas a adotar e a enviar Escrituração Contábil – ECD / SPED - Contábil.

.....
Local e data

(assinatura do representante legal do Licitante)



ANEXO II

MINUTA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL



INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. - INB

Contrato nº __/__/__

Objeto: Contratação de serviços de Apólice de Seguro de Transporte Nacional das Operações Logísticas da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB, em conformidade com o Termo de Referência.

Contratada:

Requisitante/Requisição: GEACS.F-2025/07/0059

Data de Publicação do Aviso de Licitação: **22 de Setembro de 2025.**



ÍNDICE

CLÁUSULAS / TÍTULOS

- 1ª. Objeto
- 2ª. Dotação Orçamentária
- 3ª. Obrigações da Contratada
- 4ª. Obrigações da INB
- 5ª. Preços
- 6ª. Reajuste de Preços
- 7ª. Condições de Faturamento
- 8ª. Condições de Pagamento
- 9ª. Alterações Contratuais
- 10ª. Sanções
- 11ª. Caso Fortuito e/ou Força Maior
- 12ª. Representante da Contratada
- 13ª. Representante da INB e Fiscalização do Contrato
- 14ª. Subcontratação, Cessão, Transferência a Terceiros e Dação em Garantia
- 15ª. Inadimplemento da Contratada
- 16ª. Rescisão
- 17ª. Recebimento do Objeto
- 18ª. Garantia
- 19ª. Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato
- 20ª. Responsabilidade das Partes
- 21ª. Proteção de Dados Pessoais
- 22ª. Prazo de Vigência do Contrato
- 23ª. Tributos
- 24ª. Novação
- 25ª. Anticorrupção
- 26ª. Valor do Contrato
- 27ª. Foro

Anexos

- I - Termo de Referência
- II - Planilha de Preços



CONTRATO ENTRE **INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. - INB** E **[inserir denominação social da contratada]**, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE APÓLICE DE SEGURO DE TRANSPORTE NACIONAL DAS OPERAÇÕES LOGÍSTICAS DA INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. – INB, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA.

INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. - INB, empresa pública federal, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na Av. Rio Branco, nº 1, 19º andar, Centro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 00.322.818/0001-20, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social, doravante denominada "**INB**", e **[inserir denominação social da Contratada]**, sociedade _____, com sede na cidade de **[•] - [•]**, na **[•]**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **[•]**, neste ato representada na forma dos seus atos constitutivos, doravante denominada "**CONTRATADA**" e, em conjunto com **INB**, "**Partes**", têm entre si ajustado o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula 1ª – Objeto

- 1.1. Constitui objeto do presente Contrato a contratação de serviços de Apólice de Seguro de Transporte Nacional das Operações Logísticas da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB, em conformidade com o Termo de Referência - Anexo I deste Contrato.
 - 1.1.1. Os serviços objeto deste Contrato serão executados em: Território Nacional.
- 1.2. Também fazem parte integrante do presente Contrato, independente da transcrição ou anexação, os seguintes documentos:
 - 1.2.1. Documentos da Licitação PREGÃO ELETRÔNICO GCONT.F nº 91.109/2025.
 - 1.2.2. Propostas Técnica e Comercial da **CONTRATADA** nº / , datadas de / /2025.
- 1.3. Fazem, também, parte integrante do presente Contrato os Anexos a seguir listados:
 - 1.3.1. Anexo I – Termo de Referência
 - 1.3.2. Anexo II - Planilha de Preços
- 1.4. Ocorrendo divergências entre os termos deste Contrato e o estipulado nos documentos mencionados nos itens 1.2 e 1.3 acima, prevalecerão as disposições deste Contrato, e na sequência as disposições dos documentos elencados no item 1.3 e 1.2 nesta ordem.
- 1.5. Não terão eficácia quaisquer ressalvas ou exceções ao estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Contrato, ou a outros documentos emitidos pela **INB**, formulados pela **CONTRATADA**, em relação às quais a **INB** não tenha concordado por escrito.
- 1.6. A presente contratação será regida pela Lei nº 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **INB** e pelos preceitos de direito privado.

Cláusula 2ª - Dotação Orçamentária

- 2.1. A despesa com a execução deste Contrato correrá à conta das receitas próprias da **INB** proveniente de suas atividades.



Cláusula 3ª - Obrigações da Contratada

- 3.1. São obrigações da **CONTRATADA**, além de outras constantes deste Contrato, seus Anexos ou das leis vigentes, particularmente a Lei nº 13.303/2016:
- 3.1.1. Executar fielmente os serviços de acordo com as cláusulas e condições deste Contrato e em rigorosa observância ao Termo de Referência - Anexo I deste Contrato, determinações da **INB** e tudo mais que necessário for à perfeita execução dos serviços, ainda que não expressamente mencionado;
 - 3.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 14, 20, 21, 23, 24 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
 - 3.1.3. Substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, no todo ou em parte, às suas expensas e a critério da **INB**, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, incorreções ou defeitos decorrentes da execução dos serviços ou de materiais empregados.
 - 3.1.3.1. Caso, para atendimento ao item 3.1.3 acima, seja necessária a remoção de bens ou materiais associados ao serviço contratado, a **CONTRATADA** deverá fazê-lo no local em que o bem ou material tiver sido disponibilizado à **INB**, conforme estabelecido neste Contrato.
 - 3.1.4. Todo o pessoal envolvido com a prestação de serviços deverá ter relação de trabalho com a **CONTRATADA**, à exceção dos envolvidos no caso de subcontratação prevista na Cláusula 14ª – Subcontratação, Cessão, Transferência a Terceiros e Dação em Garantia deste Contrato, não havendo qualquer vínculo empregatício com a **INB**.
 - 3.1.5. Abster-se de utilizar, em todas as atividades relacionadas com a execução deste instrumento, mão de obra infantil, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, nem utilizar mão de obra em condição análoga à de escravo.
 - 3.1.6. Substituir o empregado que, a critério da **INB**, seja julgado inconveniente ao bom andamento da prestação dos serviços, correndo por conta da **CONTRATADA** eventuais ônus decorrentes de tal fato.
 - 3.1.7. Exigir que todo o pessoal mantenha comportamento condizente com as exigências e instruções de serviços específicos da **INB**.
 - 3.1.8. Atender, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer notificações da **INB**, relativas a irregularidades praticadas por seus empregados, bem como ao descumprimento de qualquer outra obrigação contratual.
 - 3.1.9. Não admitir em seu quadro de pessoal ou utilizar os serviços profissionais de qualquer empregado da **INB** ou de outras empresas por esta contratada.
 - 3.1.10. Respeitar e fazer cumprir rigorosamente as leis, as portarias e determinações das autoridades públicas competentes, em tudo que diga respeito ao objeto deste Contrato.
 - 3.1.11. Responsabilizar-se pelas despesas referentes a tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento e hospedagem de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução deste Contrato.
 - 3.1.12. Arcar com todos os custos e despesas relativos aos processos administrativos, judiciais e arbitrais, em qualquer instância ou tribunal, que venham a ser ajuizadas em face da **INB**, decorrentes da responsabilidade da **CONTRATADA** na execução deste Contrato, assumindo em juízo ou fora dele, toda a responsabilidade relacionada a estas obrigações, resguardando os interesses da



INB, prestando, inclusive, as garantias necessárias à sua desoneração.

- 3.1.12.1. O disposto no item 3.1.12 não exige a **CONTRATADA** de restituir à **INB** o valor que lhe for imputado em condenação, proferida pelo Poder Judiciário, por Juízo Arbitral ou outras instâncias competentes, a título de obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias. O referido valor será acrescido de todos os acessórios, tais como despesas processuais, honorários advocatícios, despesas extrajudiciais, correção monetária e juros.
- 3.1.13. Responder por quaisquer danos ou prejuízos causados diretamente à **INB**, empregados ou prepostos da **INB**, bens da **INB** ou ainda a terceiros, decorrentes de ação ou omissão de empregados e/ou prepostos da **CONTRATADA** na execução deste Contrato, independentemente da comprovação de culpa ou dolo, conforme art. 76 da Lei nº 13.303/16.
- 3.1.13.1. A responsabilidade da **CONTRATADA** não será excluída ou reduzida pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual por parte do representante da **INB** designado nos termos da Cláusula 13ª, nem pelo controle e acompanhamento da execução do objeto contratual exercida por unidade administrativa da **INB** responsável pela gestão de contratos.
- 3.1.14. Comunicar, imediatamente, à **INB**, com a devida comprovação, qualquer evento que impossibilite o cumprimento dos serviços, prestando os esclarecimentos necessários.
- 3.1.15. Facilitar sempre a fiscalização do Contrato pela **INB**, permitindo vistorias, se for o caso, e o acompanhamento da execução do objeto contratual pelo Fiscal do Contrato designado pela **INB** nos termos da Cláusula 13ª - Representante da **INB** e Fiscalização do contrato.
- 3.1.16. Atender prontamente a quaisquer exigências da **INB** inerentes ao objeto deste Contrato.
- 3.1.17. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto quando autorizada nas condições previstas neste Contrato.
- 3.1.18. Obter as licenças, autorizações, certidões e/ou outros instrumentos previstos na legislação, de sua responsabilidade, necessários à execução dos serviços objeto deste Contrato.
- 3.1.19. Preservar e manter a **INB** a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrente de ações de seus empregados, prepostos e/ou subcontratados.
- 3.1.20. Quanto à comunicação de sinistros ou eventos danosos ao meio ambiente, a terceiros ou a seus empregados, que repercutam na imagem da **INB**, oriundos das atividades objeto deste Contrato:
- 3.1.20.1. Comunicar à **INB** em até 12 horas, as ocorrências mencionadas no item 3.1.5 deste Contrato.
- 3.1.20.2. Apresentar à **INB**, antes de sua divulgação, qualquer comunicado a ser feito aos meios de comunicação, juntamente com a documentação pertinente, em até 24 horas contadas do evento.
- 3.1.20.3. Caso o comunicado mencione direta ou indiretamente a **INB**, sua divulgação dependerá de prévia anuência desta.
- 3.1.21. Adotar, na execução do Contrato, práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços.
- 3.1.22. Manter-se, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as



obrigações assumidas, especialmente com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação / no processo de contratação direta que deu origem ao presente Contrato, comprovando-as sempre que solicitado pela **INB** e comunicando à **INB** a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

- 3.1.23. Vedação ao pagamento de corretagem de seguro.
- 3.1.24. É vedado o pagamento de taxa de administração à empresa prestadora dos serviços de consultoria técnica e administração de seguros contratada pela **INB**, relativos à avaliação de riscos das diversas unidades fabris e escritório.
- 3.1.25. Em havendo operação de cosseguro, a apólice deverá conter cláusula expressa indicando que a seguradora líder será a única responsável, perante a **INB**, pelo cumprimento das obrigações contratuais e pela interlocução com a contratante, representando as demais seguradoras cosseguradoras, sem que isso implique solidariedade entre elas, nos termos do art. 5º, §1º, da Resolução CNSP nº 451/2022.
- 3.2. A **CONTRATADA** fica ciente que a **INB** possui Código de Ética, Conduta e Integridade próprio, cujas disposições deverão ser observadas, naquilo que for pertinente, ao longo da execução do presente Contrato, por todos os seus empregados, prepostos e/ou subcontratados, e cujo texto encontra-se disponível, na forma eletrônica, na página da **INB** na internet (www.inb.gov.br).
- 3.3. A **CONTRATADA** compromete-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos, obrigando-se a:
 - 3.3.1. Impedir o favorecimento ou a participação de empregado ou dirigente da **INB** na execução do objeto do presente Contrato;
 - 3.3.2. Não alocar, na execução do objeto contratual, familiares de empregado da **INB** que exerça cargo em comissão ou função de confiança, considerando-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos do Art. 7º do Decreto 7.203 de 2010;
- 3.4. A **CONTRATADA** declara que está ciente e cumpre integralmente, na condução de suas atividades empresariais, todas as disposições do Programa de Integridade da **INB**, bem como a legislação anticorrupção a ela aplicável, em especial, mas sem limitar, a Lei n.º 12.846/2013 e o Decreto nº 8.420/2015, e qualquer outra legislação antissuborno ou anticorrupção aplicável à **CONTRATADA**, assim como as normas e exigências constantes das políticas internas da **INB**, abstendo-se a **CONTRATADA** de qualquer atividade que constitua uma violação a tais dispositivos.
- 3.5. Verificada uma das situações mencionadas no item 3.3 acima, compete à **CONTRATADA** afastar imediatamente da execução do Contrato os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato à **INB**, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.

Cláusula 4ª - Obrigações da INB

- 4.1. São obrigações da **INB**, além de outras constantes deste Contrato, seus Anexos ou da legislação em vigor, especialmente a Lei nº 13.303/2016:
 - 4.1.1. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** pelos serviços efetivamente prestados, medidos e faturados, em conformidade com os preços e prazos ajustados neste Contrato, bem como estabelecer os locais, dias e horários da prestação dos serviços.
 - 4.1.2. Notificar, por escrito, a **CONTRATADA** sobre eventuais vícios, falhas, defeitos, imperfeições ou irregularidades verificadas nos serviços, fixando prazo e



- condições para as devidas correções.
- 4.1.3. Prestar informações e esclarecimentos necessários à perfeita execução do objeto do Contrato pela **CONTRATADA**.
 - 4.1.4. Quando couber, facilitar o acesso do pessoal da **CONTRATADA** aos locais necessários à realização dos serviços.
 - 4.1.5. Não utilizar os empregados da **CONTRATADA** em outras atividades que não as especificadas no Contrato.
 - 4.1.6. Notificar, por escrito, a **CONTRATADA** sobre (i) a abertura de procedimento administrativo para apuração de condutas irregulares da **CONTRATADA**, concedendo-lhe prazo para defesa, e (ii) a aplicação de eventual penalidade nos termos deste Contrato.
 - 4.1.7. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Contrato e da proposta da **CONTRATADA** mencionada no item 1.2.2, para fins de aceitação e recebimento definitivos.
 - 4.1.8. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**, através de empregado especialmente designado.

Cláusula 5ª - Preços

- 5.1. O[s] preço[s] unitário[s] praticados pela prestação dos serviços objeto deste Contrato estão previsto[s] no Anexo II – Planilha de Preços, observado o disposto na Cláusula 7ª – Condições de Faturamento.
- 5.2. O preço acima mencionado tem como base o mês de ____/____/2025 e será reajustado conforme Cláusula 6ª – Reajuste de Preços.
- 5.3. No preço acima estão inclusos todas as despesas e custos diretos e indiretos, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, contribuições fiscais e parafiscais, seguros, garantia, insumos, materiais, frete, deslocamento de pessoal, embalagem, além de quaisquer outros necessários à perfeita e completa execução do serviço objeto deste Contrato.

Cláusula 6ª - Reajuste de Preços

- 6.1. Após o decurso do prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta comercial, a **CONTRATADA** deverá requerer o reajuste dos preços aqui estabelecidos, para mais ou para menos, de acordo com a variação dos elementos que compõem a fórmula de reajuste.
- 6.2. O reajuste dos preços vigentes será obtido com a aplicação da fórmula abaixo:

$$Pf = \left(P_0 \times \left\{ 1 + \left(\frac{I - I_0}{I_0} \right) \right\} \right)$$

Onde:

Pf = Preço Final

Po= Preço Base, constante da proposta comercial, datada de ____/____/2025.

I = Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – IBGE (Cód. nº 1004963), relativo ao mês do reajuste de preços.

I₀ = Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – IBGE (Cód. nº 1004963), relativo ao mês base da proposta comercial de preços.

- 6.3. Ocorrendo a extinção, suspensão ou alteração das bases de cálculo do índice estabelecido



para reajuste previsto acima, ou se de qualquer forma não puder mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor, ou através de acordo entre as Partes.

- 6.4. Na hipótese de, à época da liberação do reajuste, os índices aplicados na fórmula antes considerada não se encontrarem disponíveis, deverá ser utilizado, para tal fim, o último índice oficial disponível.
- 6.5. Na hipótese de atraso de evento de faturamento por culpa da **CONTRATADA**, o reajuste de preço obedecerá à data contratualmente prevista para a realização do evento.
- 6.6. Uma vez aplicada a fórmula de reajuste e comprovado o índice definitivo, a diferença no valor do reajuste, no primeiro mês de sua vigência deverá ser objeto de faturamento suplementar, de acordo com a legislação, que terá o seu vencimento no prazo estabelecido na Cláusula 8ª – Condições de Pagamento.
- 6.7. As parcelas do preço serão reajustadas até as datas contratuais de execução dos serviços, não cabendo reajuste, caso tais eventos ocorram com atraso, por culpa da **CONTRATADA**.
- 6.8. De acordo com a legislação em vigor, fica suspensa, pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de apresentação da proposta, a aplicação da fórmula de reajuste, estabelecida no item 6.2, podendo a mesma vir a ser implementada em prazo inferior ao acima estipulado, em virtude de determinação do Governo Federal.
- 6.9. Os reajustes subsequentes só poderão ser celebrados 12 (doze) meses após o último reajuste.

Cláusula 7ª – Condições de Faturamento

- 7.1. A **CONTRATADA** emitirá os documentos de cobrança referentes a este Contrato, com base nos preços apresentados na Cláusula 5ª – Preços e após a conclusão do(s) seguinte(s) evento(s) de faturamento:
 - 7.1.1. 100% após apresentação das averbações mensais, que são originárias do relatório de transportes efetuados, informados pela **INB** à seguradora.
- 7.2. A **CONTRATADA** apresentará à **INB**, até o dia 05 (cinco) de cada mês, os documentos de cobrança (Notas Fiscais/Faturas), que deverão estar acompanhados de um Demonstrativo de Serviços, relativo aos serviços efetivamente executados, do qual constarão os dados necessários à aferição do serviço executado e a apuração do valor faturado.
- 7.3. Os documentos de cobrança não terão validade se emitidos antes da ocorrência dos eventos que autorizam o seu faturamento.
- 7.4. No caso de prestação de serviços, as Notas Fiscais poderão ser eletrônicas ou em papel, de acordo com a legislação do Município da **CONTRATADA**. Caso seja eletrônica, deverá ser encaminhada para o e-mail nfe@inb.gov.br (e-mail exclusivo para fins fiscais) e GEACS@inb.gov.br.
 - 7.4.1. O imposto sobre serviços (ISS) poderá ser retido e recolhido para o município onde o serviço está sendo executado, conforme determina a legislação local.
- 7.5. Caso ocorram operações que envolvam CIRCULAÇÃO ou FORNECIMENTO DE MERCADORIAS, as Notas Fiscais a serem apresentadas deverão ser do tipo Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), modelo 55, conforme determina o protocolo ICMS nº 42, de 03/07/2009, e as alterações introduzidas pelo protocolo ICMS nº 85 de 09/07/2010.
 - 7.5.1. Os arquivos XML e demais documentos, inclusive os indicados no item 7.2, deverão ser encaminhados para o e-mail: nfe@inb.gov.br (e-mail exclusivo para fins fiscais) e GEACS@inb.gov.br.
- 7.6. A emissão dos documentos fiscais deverá obedecer à legislação aplicável (Regulamentos do IPI, ICMS, ISS, entre outros), em consonância com o tipo de serviço executado.
- 7.7. Caso os documentos emitidos não atendam às legislações específicas, o pagamento ficará suspenso até que seja regularizada a situação fiscal, seja ela cadastral ou documental.



- 7.8. Em nenhuma hipótese poderá ser faturado valor correspondente a serviços não executados. Ocorrendo o disposto neste item, a **INB** poderá glosar da respectiva fatura apresentada pela **CONTRATADA** o valor correspondente ao serviço não executado efetivamente.
- 7.9. A glosa prevista no item 7.8. acima será efetuada pela **INB**, com base nos valores atualizados em conformidade com a Cláusula 5ª - Preços.
- 7.10. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura não constitui aceitação do(s) serviço(s) correspondente(s) quanto à sua adequação, qualidade técnica ou atendimento às especificações constante do Termo de Referência – Anexo I ao Contrato, mas simplesmente certificação de sua execução.
- 7.11. As Notas Fiscais/Faturas deverão mencionar expressamente o número deste Contrato, o número da conta bancária, da agência, cidade e estado e o nome do banco com o qual a **CONTRATADA** opera.
- 7.11.1. A falta das informações solicitadas no item anterior nos documentos de cobrança poderá acarretar atraso no pagamento.
- 7.11.2. Ao documento fiscal ou equivalente legal deverão ser anexados:
- 7.11.2.1. Certidões de regularidade fiscal, exigidas na fase de habilitação;
- 7.11.2.2. Comprovante de que a **CONTRATADA** é optante do Simples Nacional, se for o caso;
- 7.11.2.3. Em caso de isenção/imunidade tributária, documentos comprobatórios com a indicação do dispositivo legal que ampara a isenção/imunidade;
- 7.11.2.4. Demais documentos solicitados pelo Fiscal do Contrato, necessários ao pagamento.
- 7.12. As duplicatas emitidas em decorrência do presente Contrato não poderão ser descontadas em instituições bancárias, ou objeto de cessão de direitos, exceto quando autorizado previamente e por escrito pela **INB**.
- 7.13. Os dados para a emissão da Nota Fiscal/Fatura são os seguintes:
- Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB
- Av. Rio Branco, nº 1, 19º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ CEP: 20.090-003
- CNPJ: 00.322.818/0001-20 - I.E.: Sem Inscr. - I.M: 0019824-2

Cláusula 8ª - Condições de Pagamento

- 8.1. Verificada a regularidade da apólice e a exatidão das informações constantes nos documentos apresentados, a **INB** pagará à **CONTRATADA** pelos serviços executados no âmbito deste instrumento contratual, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de apresentação da respectiva fatura ou documento de cobrança correspondente, em conformidade com as normas internas e dispositivos contratuais aplicáveis.
- 8.2. Na hipótese de ocorrência de erro, dúvida ou omissão quanto aos documentos de cobrança, a **INB** poderá, a seu exclusivo critério, pagar a parcela não controvertida no prazo contratual, ficando a parcela restante para ser paga após a solução da pendência.
- 8.3. Caso sejam encontrados, a qualquer tempo, erro ou omissões em recibos e/ou faturas cujo pagamento já tenha sido efetuado, as Partes poderão promover as correções necessárias, com o consequente acerto de contas em documentos de cobrança/pagamentos subsequentes.
- 8.4. O pagamento será efetuado pela **INB** através de ordem de crédito diretamente na conta corrente da **CONTRATADA** e estará sujeito às retenções tributárias nos termos da legislação em vigor e com base nas informações prestadas pela **CONTRATADA**.
- 8.5. Caso, por razões que não possam ser imputadas à **CONTRATADA**, a **INB** não cumpra o prazo estabelecido no item 8.1 acima, para pagamento das respectivas faturas, a mesma



utilizará como critério de Atualização Financeira a variação da TR (Taxa Referencial) “*pro-rata-die*”, apurados desde a data do seu inadimplemento até a data do efetivo pagamento.

- 8.6. Conforme determina o artigo 34 da Lei nº 10.833/03 (ou a legislação vigente à época), as notas fiscais/faturas emitidas por pessoas jurídicas e empresas não enquadradas no SIMPLES sofrerão retenção relativa à antecipação de valores devidos a título de Imposto de Renda, CSSL, COFINS e PIS, com percentuais estabelecidos de acordo com a natureza da mercadoria adquirida, que serão recolhidos ao Tesouro Nacional pela **INB**, no prazo previsto na legislação vigente.
- 8.6.1. A empresa **OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL (LC 123/2006)** para que não sofra a retenção dos tributos federais deverá enviar, anexo aos documentos fiscais, a declaração de “optante pelo Simples Nacional” (artigos 4º, 6º e Anexo IV – IN RFB 1.234/2012) em papel timbrado e assinado pelo responsável da empresa.
- 8.6.2. Para fins do cumprimento do Art.34 da Lei 10.833/2003 e Art.2º, §6 da IN RFB 1234/2012, a **CONTRATADA** deverá informar nos documentos fiscais e/ou de cobrança, o valor do IR e das contribuições sociais a serem retidos na operação. Caso a **CONTRATADA** se enquadre nas hipóteses de não retenção previstas no Art.4º da IN RFB 1234/2012, será obrigatório o envio das declarações citadas no Art.6º da IN RFB 1234/2012.
- 8.6.3. Conforme determina o artigo 126 da IN RFB 971/2009 (ou a legislação vigente à época), a **CONTRATADA** deverá destacar o valor da retenção previdenciária no momento da emissão da nota fiscal, obedecendo as regras contidas na legislação pertinente.
- 8.7. A **INB**, após o contraditório e a ampla defesa da **CONTRATADA**, poderá deduzir do montante a pagar à **CONTRATADA**, os valores correspondentes a ressarcimentos ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, nos termos deste Contrato.

Cláusula 9ª – Alterações Contratuais

- 9.1. O presente Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as Partes, mediante a celebração de Aditamento, fundamentadamente, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar, nas hipóteses previstas nos artigos 72 e 81 da Lei nº 13.303/16.
- 9.1.1. Em qualquer hipótese não poderá haver modificação da essência do objeto do Contrato.
- 9.2. Na hipótese de acréscimo ou redução da prestação do serviço previsto neste Contrato, por acordo entre as Partes, o novo valor global que deverá vigorar em decorrência dessas alterações será obtido mediante a multiplicação do novo quantitativo pelo valor unitário estabelecido na Cláusula 5ª - Preços.

Cláusula 10ª - Sanções

- 10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, de acordo com a gravidade do ato praticado, a **INB** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:
- 10.1.1. Advertência, cabível sempre que o ato praticado ou omissão não tenha acarretado danos à **INB**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros, e que não seja justificada a imposição de penalidade mais gravosa;
- 10.1.2. Multa, cabível na forma do item 10.2;
- 10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **INB**, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sempre que a ação ou omissão da **CONTRATADA** tenha potencialidade de causar ou tenha causado danos à **INB**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros, e que não seja justificada a imposição de penalidade menos gravosa.
- 10.2. Caso a **CONTRATADA** descumpra o estabelecido neste Contrato, especialmente as



condições previstas no Termo de Referência - Anexo I deste Contrato, ficará sujeita à multa de 0,15% (quinze centésimos por cento) do valor total atualizado do Contrato, por dia e por evento, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total atualizado do Contrato, inclusive aditamentos.

- 10.3. A **CONTRATADA** será notificada da aplicação da multa, a qual será descontada do(s) pagamento(s) a ser(em) efetuado(s) à **CONTRATADA**.
 - 10.3.1. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a **CONTRATADA** obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação formal a ser realizada pela **INB**, reservando-se a **INB** o direito de realizar a cobrança judicial.
- 10.4. Independentemente da aplicação da multa, a **CONTRATADA** permanecerá responsável por danos causados diretamente a terceiros ou à **INB**, independentemente da comprovação de culpa ou dolo, na execução dos serviços. Não serão aceitas como justificativas de atraso da **CONTRATADA** alegações de atrasos por parte de eventuais subcontratadas, exceto quando comprovadamente resultante de casos fortuitos ou de força maior.
- 10.5. A multa prevista no item 10.2 não impede que a **INB** rescinda o Contrato e aplique outras sanções previstas neste Contrato.
- 10.6. As sanções previstas nos itens 10.1.1 e 10.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com a do item 10.1.2, devendo a defesa prévia da **CONTRATADA**, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 10.7. No caso de atos lesivos à Administração Pública observar-se-ão os termos da Lei nº 12.846/2013.
- 10.8. Na rescisão contratual por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, será aplicada multa nos termos do item 16.4 deste Contrato.

Cláusula 11ª - Caso Fortuito e/ou Força Maior

- 11.1. As Partes não responderão pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, nos termos do art. 393 do Código Civil.
- 11.2. Nos casos fortuitos ou de força maior que afetem o cumprimento de qualquer obrigação contratual, a Parte afetada deverá comunicar a ocorrência à outra Parte, por escrito, em até 24 (vinte e quatro) horas contados da identificação do evento causador, submetendo relatório sobre a ocorrência do evento, com as necessárias provas e medidas a serem tomadas para apreciação da outra Parte.
- 11.3. O período de interrupção da execução contratual decorrente de evento(s) caracterizado(s) como caso fortuito ou força maior, desde que verificado(s) e aceito(s) pela **INB**, poderá acarretar a suspensão da contagem do prazo contratual.
- 11.4. Durante o período em que verificado o evento caracterizador de caso fortuito ou força maior, as Partes suportarão as suas respectivas perdas.

Cláusula 12ª – Representante da Contratada

- 12.1. A **CONTRATADA** deverá designar, por escrito, um representante perante a **INB**, responsável pela execução do objeto deste Contrato.
- 12.2. Este representante deverá ter plenos poderes para resolver as questões concernentes à execução do objeto deste Contrato e, ao final do Contrato, será responsável por assinar o “Termo de Encerramento” do objeto contratado.
- 12.3. O representante da **CONTRATADA** terá como substituto em seus impedimentos ocasionais, um dos seus auxiliares diretos, igualmente credenciado perante a **INB**, por escrito. Este substituto deverá ter autonomia, concedida pela **CONTRATADA**, no mesmo nível do representante titular durante sua ausência.



Cláusula 13ª – Representante da INB e Fiscalização do Contrato

- 13.1. A **INB** deverá designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Contrato, denominado Fiscal do Contrato.
- 13.2. O representante da **INB** terá substituto, igualmente credenciado, para atuar em eventuais impedimentos do titular, sendo os mesmos, em conjunto com a unidade administrativa da **INB** responsável pela gestão de Contratos, os únicos autorizados a emitir instruções no âmbito deste Contrato, não se responsabilizando a **INB**, por qualquer ordem e/ou instruções emitidas por outra pessoa, que não designada na forma desta Cláusula.
- 13.3. A **CONTRATADA** deverá permitir e facilitar a fiscalização dos serviços, por parte de representante autorizado da **INB**, que terá as seguintes atribuições:
 - 13.3.1. Acordar com a **CONTRATADA** as soluções mais convenientes ao bom andamento dos serviços, fornecendo à mesma todas as informações solicitadas;
 - 13.3.2. Ordenar a imediata retirada do empregado da **CONTRATADA** que embargar ou dificultar a sua ação fiscalizadora, ou cuja permanência no local da prestação dos serviços seja julgada inconveniente pela Fiscalização;
 - 13.3.3. Determinar a prioridade dos serviços, o controle das condições de trabalho, e todas as questões técnicas e administrativas;
 - 13.3.4. Praticar quaisquer atos, no âmbito operacional deste Contrato, que se destinem a preservar todo e qualquer direito da **INB**;
 - 13.3.5. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 13.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

Cláusula 14ª - Subcontratação, Cessão, Transferência a Terceiros e Dação em Garantia

- 14.1. A **CONTRATADA**, em nenhuma hipótese, poderá subcontratar, ceder e/ou transferir a terceiros este Contrato ou quaisquer de seus direitos e/ou obrigações nele previsto, exceto mediante prévia e expressa autorização da **INB**.
- 14.2. A eventual solicitação para subcontratação deverá ser acompanhada de justificativa e da minuta de Contrato a ser firmado com a subcontratada.
- 14.3. Não haverá qualquer vínculo entre a **INB** e eventuais subcontratados, permanecendo a **CONTRATADA** como a total e exclusiva responsável pelo cumprimento de todas as obrigações por ela assumidas neste Contrato, bem como por quaisquer atos de seus subcontratados.
- 14.4. A **CONTRATADA** não poderá ainda se valer deste Contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de créditos, a serem auferidos em função da execução do fornecimento, em quaisquer operações de desconto bancário, a não ser que expressa e previamente autorizada pela **INB**.

Cláusula 15ª - Inadimplemento da Contratada

- 15.1. A **CONTRATADA** será considerada inadimplente, independentemente de interpelação judicial, nas seguintes hipóteses:
 - 15.1.1. Inobservância das especificações previstas no Termo de Referência - Anexo I deste Contrato, ou recomendações técnicas e/ou administrativas da **INB**.



- 15.1.2. Interrupção dos serviços por 02 (dois) dias consecutivos ou não, por mês de execução do Contrato.
- 15.1.3. Atraso superior a 03 (três) dias no atendimento às determinações da Fiscalização.
- 15.1.4. Não cumprimento, total ou parcial, de cláusulas contratuais, especificações, condições, projetos ou prazos, pela **CONTRATADA**.
- 15.1.5. Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, pela **CONTRATADA**.
- 15.1.6. Lentidão no cumprimento do Contrato pela **CONTRATADA**, levando a **INB** a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento no prazo estipulado.
- 15.1.7. Atraso injustificado no início do serviço.
- 15.1.8. Paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à **INB**.
- 15.1.9. Subcontratação total ou parcial do objeto do Contrato, associação da **CONTRATADA** com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no Contrato e autorizada pela **INB**, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a execução do Contrato.
- 15.1.10. Não atendimento das determinações regulares do fiscal da **INB** designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como as de seus superiores.
- 15.1.11. Cometimento reiterado de faltas pela **CONTRATADA** na execução do Contrato, anotadas em registro próprio.
- 15.2. Greves ou quaisquer outras interrupções por parte dos empregados da **CONTRATADA** não poderão servir de justificativa para interrupção total ou parcial da execução do objeto contratual. Em caso da ocorrência deste fato ou de fatos semelhantes, a **CONTRATADA** sujeitar-se-á, a exclusivo critério da **INB**, às sanções previstas na Cláusula 10ª – Sanções ou na Cláusula 16ª – Rescisão deste Contrato.

Cláusula 16ª - Rescisão

- 16.1. Sem prejuízo da aplicação de sanções previstas neste Contrato, a **INB** poderá rescindir o presente Contrato, mediante notificação judicial ou extrajudicial, em caso de inadimplemento da **CONTRATADA**, conforme previsto na Cláusula 15ª – Inadimplemento da Contratada, bem como nos seguintes casos:
 - 16.1.1. A decretação da falência ou a instauração de insolvência civil da **CONTRATADA**;
 - 16.1.2. Homologação de plano de recuperação extrajudicial ou deferimento de recuperação judicial da **CONTRATADA**, se esta não prestar garantia suficiente para o cumprimento das obrigações contratuais, a critério da **INB**;
 - 16.1.3. Dissolução da sociedade ou a falência da **CONTRATADA**;
 - 16.1.4. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que prejudique a execução do Contrato;
 - 16.1.5. Na hipótese de caracterização de ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei 12.846/2013, cometido pela **CONTRATADA** em processo de contratação ou por ocasião da execução do Contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas na referida lei.
 - 16.1.6. Razões de interesse da **INB**, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas em processo administrativo.
 - 16.1.7. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente demonstrada, impeditiva da execução do Contrato;
 - 16.1.8. Descumprimento pela **CONTRATADA** de disposição do Programa de



Integridade da **INB**, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no referido programa.

- 16.2. A **CONTRATADA** poderá rescindir o presente Contrato, mediante notificação judicial ou extrajudicial nos seguintes casos:
- 16.2.1. Não cumprimento, total ou parcial, de cláusulas contratuais, pela **INB**, ressalvado o disposto no item 16.2.2;
 - 16.2.2. Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela **INB**, decorrentes de serviços já executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outros comprovados casos fortuitos ou de força maior, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, na forma da Cláusula 11ª - Caso Fortuito e/ou Força Maior deste Contrato.
 - 16.2.3. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.
- 16.3. A rescisão unilateral do Contrato deverá ser formalmente motivada e precedida de notificação da intenção de rescindir à outra Parte, para o exercício do contraditório e da ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.
- 16.4. Em caso de rescisão do Contrato pela **INB** por inadimplemento da **CONTRATADA**, ficará a **CONTRATADA** obrigada ao pagamento de quantia equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total atualizado deste Contrato, independentemente dos pagamentos de multas moratórias eventualmente já efetuados, descontados ou devidos.
- 16.5. A rescisão pela **INB** fundamentada em inadimplemento da **CONTRATADA** ou nos subitens 16.1.1 a 16.1.5 acarretará a(s) seguinte(s) consequência(s) imediata(s) para fins indenizatórios:
- 16.5.1. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da **INB** e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, se houver.
 - 16.5.2. Retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à **INB**.
- 16.6. Quando a rescisão ocorrer por motivo não imputável à **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo, ainda, direito:
- 16.6.1. À devolução da garantia contratual, desde que cumpridas todas as obrigações pela **CONTRATADA**;
 - 16.6.2. Aos pagamentos devidos pela execução deste Contrato até a data da rescisão.
- 16.7. Na hipótese do item 16.6, nenhuma outra indenização será devida pela **INB** à **CONTRATADA** em virtude da rescisão.
- 16.8. No caso de rescisão do Contrato, ficará a **INB** obrigada exclusivamente ao pagamento do preço integral do serviço já efetuado e não faturado e daquele que, por mútuo acordo entre as Partes, deva ser realizado até a data de encerramento das atividades.
- 16.9. O presente Contrato também poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou por determinação judicial.

Cláusula 17ª – Garantia

- 17.1. A **CONTRATADA** garante a qualidade do serviço, que inclui partes, peças e componentes, sem quaisquer ônus adicionais para a **INB**, pelo período de, no mínimo, 12 (doze) meses, salvo se a Proposta da **CONTRATADA** mencionada no item 1.2.2 da Cláusula 1ª – Objeto estabelecer prazo maior.
- 17.1.1. A Cláusula de Garantia começa a vigorar a partir do recebimento definitivo do objeto deste Contrato.
 - 17.1.2. A garantia deverá abranger todos os componentes inclusos no escopo da



execução, devendo a **CONTRATADA** reparar, refazer ou substituir por sua própria conta, sem qualquer ônus para a **INB**, as partes que apresentarem defeitos, não oriundos de mau uso.

- 17.1.3. Caso os bens deixem de atender os requisitos técnicos previstos neste Contrato, a **INB** poderá rejeitá-los e exigir da **CONTRATADA** sua imediata substituição, sem quaisquer ônus para a **INB**, mediante comunicação por escrito. O período de garantia será suspenso na data da comunicação pela **INB**, sendo retomado quando o bem estiver em perfeitas condições de uso.
- 17.1.4. Quando houver impossibilidade da **CONTRATADA** efetuar a correção dos defeitos, ou se a **CONTRATADA** negligenciar ou recusar-se a substituir os bens inadequados, a **INB** poderá tomar tais providências a expensas da **CONTRATADA**, mediante prévia notificação, deduzindo os custos de quaisquer créditos da **CONTRATADA** relativos ao presente Contrato, sendo reconhecida a responsabilidade da **CONTRATADA** pelo ressarcimento à **INB** dos valores despendidos.
- 17.1.5. Os custos de pessoal ou material, como também os relativos ao transporte, alimentação e hospedagem dos técnicos mobilizados para o cumprimento da garantia, bem como os recursos de pessoal e materiais como equipamentos, instrumentos e ferramental necessários, à execução dos serviços, neste caso, serão de responsabilidade, única e exclusiva, da **CONTRATADA**.

Cláusula 18ª - Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato

- 18.1. A **INB** e a **CONTRATADA** têm direito à revisão de preços, em consonância com o inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém, de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do Contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações pactuadas neste Contrato, respeitando-se o seguinte:
 - 18.1.1. A revisão de preços poderá ser realizada por iniciativa da **INB** ou mediante solicitação da **CONTRATADA**. Neste último caso, a **CONTRATADA** deverá formular à **INB** requerimento para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;
 - 18.1.2. A comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido da revisão;
 - 18.1.3. Com o requerimento, a **CONTRATADA** deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da proposta e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado.

Cláusula 19ª - Responsabilidade das Partes

- 19.1. A **CONTRATADA** será responsável pelo correto comportamento e eficiência do pessoal sob sua direção, podendo a **INB** exigir a substituição de qualquer empregado cuja permanência na execução do objeto deste Contrato seja considerada contrária aos seus interesses.
- 19.2. A **CONTRATADA** será a única responsável pela integridade dos bens postos à sua disposição pela **INB**, para execução do objeto deste Contrato, respondendo por eventuais prejuízos causados à **INB**, seu pessoal e terceiros atingidos, diretamente, independentemente da caracterização do dolo ou culpa, na forma do art. 76 da Lei nº 13.303/16.
- 19.3. A **CONTRATADA** procederá à reparação de tais danos ou prejuízos, ficando a **INB** autorizada a descontar de quaisquer créditos da **CONTRATADA** a importância necessária



ao seu ressarcimento.

- 19.4. Fica acordado entre as Partes que, na incidência de dano direto apontado, causado pela **CONTRATADA à INB** ou a terceiros, a **CONTRATADA** se compromete a indenizar à **INB** pelo valor do dano direto causado até o limite do valor total do contrato atualizado.

Cláusula 20ª – Proteção de Dados Pessoais

- 20.1. A **CONTRATADA** dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula no tocante à Política de Privacidade de Dados da **INB**, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e ao tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.
- 20.2. Em cumprimento à Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de proteção de Dados – LGPD, no desenvolvimento de quaisquer atividades relacionadas com a execução do Contrato celebrado, as Partes devem observar o regime legal da proteção de dados pessoais, comprometendo-se a proteger e tratar os dados celebrados estrita e necessariamente para a execução do CONTRATO.
- 20.3. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão as contratações, e para utilização de acordo com propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados de forma clara ao titular.
- 20.4. As coletas de dados pessoais indispensáveis à execução do contrato serão realizadas mediante prévia e específica aprovação ou explicitadas de forma destacada em contrato pela **INB**, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por obter o consentimento dos titulares de acordo com os preceitos da LGPD, salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução específica do objeto do contrato.
- 20.4.1. Eventualmente, as partes podem ajustar que a **INB** será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes expressas no item 20.4.
- 20.4.2. Os dados obtidos em razão desse contrato serão armazenados em local seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e adequado controle de acesso baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros.
- 20.5. As Partes são solidariamente responsáveis por eventuais incidentes de segurança de informação, nos termos da Legislação vigente, mas a **INB** garante, no âmbito deste CONTRATO, o seu direito de regresso contra a **CONTRATADA**, caso fique comprovado não ter sido ela a dar causa ao evento.
- 20.6. Quaisquer incidentes de segurança, que exponham ou tenham o potencial de expor o ambiente onde se encontram hospedados dados pessoais deverão ser imediatamente comunicados pela **CONTRATADA à INB**, mesmo que se trate de meros indícios, guardando todos os registros (inclusive logs, metadados e outras evidências dos incidentes) e informando as providências adotadas e os dados pessoais eventualmente afetados, bem como prestando toda a colaboração e fornecendo toda a documentação necessária a qualquer investigação ou auditoria que venha a ser realizada.
- 20.7. A **CONTRATADA** não fornecerá, transferirá ou disponibilizará dados pessoais a terceiros, a menos que com base em instruções explícitas e/ou previstas em contrato, por obrigação legal ou por ordem de autoridade judicial, sob a condição de que, nesse último caso, informando a **INB** dentro de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da ordem judicial, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo na investigação em que o tratamento sigiloso tenha sido expressamente exigido pela autoridade judicial, quando a **CONTRATADA** estará



dispensada da comunicação à **INB**.

20.8. As Partes obrigam-se ainda:

- 20.8.1. Tratar e usar os dados pessoais coletados para os fins a que se destinam mantendo-os registrados, organizados e conservados.
- 20.8.2. Realizar o compartilhamento dos dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento inequívoco, ou nas situações legalmente previstas.
- 20.8.3. Tratar os dados de modo compatível com as finalidades para as quais tenham sido coletados e pelo mínimo de pessoas possível, devendo ser as mesmas identificáveis de plano.
- 20.8.4. Conservar os dados apenas durante o período necessário à execução das finalidades contratuais ou pelo prazo necessário ao cumprimento de eventual obrigação legal, garantindo a sua efetiva confidencialidade.
- 20.8.5. Implementar medidas técnicas e administrativa necessárias para proteger os dados contra alteração, perda, ou ainda difusão, acesso ou destruição – acidental ou intencionalmente – não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito.
- 20.8.6. Garantir o exercício, pelos titulares dos dados, dos respectivos direitos de informação, acesso, revogação, oposição, portabilidade e demais direitos oriundos da LGPD.
- 20.8.7. Assegurar que todas as pessoas que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares.
- 20.8.8. Informar à **INB** todas as solicitações relacionadas aos dados pessoais que receber diretamente do titular dos dados em razão do presente Contrato.
- 20.8.9. Cessar o tratamento de dados pessoais realizado com base no presente Contrato imediatamente após findos os seus efeitos e obrigações, a critério exclusivo da **INB**, apagar, destruir ou devolver os dados pessoais que tiver obtido.
- 20.8.10. Permitir e adotar meios para que a **INB** verifique a conformidade das práticas adotadas referente à proteção de dados pessoais, comprometendo-se a cooperar na hipótese de necessidade de realização do relatório de impacto de proteção de dados pessoais.

20.9. O eventual acesso, pela **CONTRATADA**, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais implicará para a **CONTRATADA** e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

- 20.9.1. A **CONTRATADA** cooperará com a **INB** no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Órgãos de controle administrativo;

20.10. A **CONTRATADA** fica responsável por informar aos seus empregados a obrigatoriedade de assinar o(s) Termo(s) de Sigilo(s) para acessar o ambiente de rede de dados e os Sistemas da **INB**, quando necessários para executar o objeto do contrato.

- 20.10.1. Caso o empregado da **CONTRATADA** se recuse a assinar qualquer Termo de Sigilo exigido pela **INB**, para a prestação do serviço objeto do contrato, deve ser imediatamente substituído pela **CONTRATADA**.



Cláusula 21ª – Prazo de Vigência do Contrato

- 21.1. O presente Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, com término ao final do prazo previsto no item 21.2. O término da vigência não suspende quaisquer obrigações que a **CONTRATADA** venha a apresentar pendentes até esta data.
- 21.2. O prazo de execução do objeto deste Contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contados das 24 (vinte e quatro) horas do dia 22 de outubro de 2025 até as 24 (vinte e quatro) horas do dia 22 de outubro de 2027.
- OBS:** Caso o contrato seja assinado em data posterior a estabelecida acima, a contagem será da data de assinatura do mesmo, mantendo-se a hora mencionada.
- 21.2.1. Caso haja interesse da **INB**, o Contrato poderá ser prorrogado por até 03 (três) novos períodos iguais e consecutivos de 12 (doze) meses cada.
- 21.2.2. Neste caso a **CONTRATADA** será notificada com antecedência de 120 (cento e vinte) dias do término do respectivo período.
- 21.2.3. Independentemente da notificação, caso a **CONTRATADA** não tenha interesse em prorrogar o prazo previsto no item 21.2.1, tal fato deverá ser comunicado à **INB** com antecedência de 150 (cento e cinquenta) dias do término do prazo do Contrato.
- 21.3. Ao prazo mencionado no item 21.2, serão acrescentados os dias de atraso decorrentes de caso fortuito ou força maior, na forma do Artigo 393 do Código Civil Brasileiro, conforme Cláusula 11ª – Caso Fortuito e/ou Força Maior.

Cláusula 22ª – Tributos

- 22.1. Os tributos de qualquer natureza, que sejam devidos em decorrência direta do objeto deste Contrato são de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso, não cabendo qualquer reivindicação fundada em erro na sua avaliação.
- 22.2. Não se entende como tributos devidos em decorrência direta deste instrumento contratual aqueles cujo ônus econômico deve ser suportado pela **CONTRATADA**, tais como: IRPJ, CSLL, IOF, contribuições previdenciárias sobre folha de pagamentos, dentre outros.
- 22.3. A **CONTRATADA** declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos incidentes sobre o serviço, não cabendo qualquer reivindicação fundada em erro nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
- 22.4. A **CONTRATADA** se compromete a reduzir imediatamente o preço contratual em virtude do acréscimo indevido de valores correspondentes a tributos de qualquer natureza, o que abarca os valores decorrentes de classificação inadequada na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), do não aproveitamento de benefícios fiscais, da não realização de deduções ou do aproveitamento de créditos autorizados por lei, com a consequente restituição ou compensação à **INB** dos valores porventura pagos à **CONTRATADA**, atualizados exclusivamente com base na Taxa SELIC, considerando o período compreendido entre o dia do pagamento efetuado à **CONTRATADA** e o dia anterior ao da restituição ou compensação de que trata esta Cláusula.
- 22.5. A **INB**, quando fonte retentora, descontará e recolherá dos pagamentos que efetuar, nos prazos da legislação, os tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente, não tendo a **CONTRATADA** direito à majoração da base de cálculo nem à revisão de preço.
- 22.5.1. A **CONTRATADA** fornecerá previamente todos os documentos necessários para a eventual redução ou eliminação da retenção a ser efetuada pela **INB**, sem necessidade de notificação ou aviso prévio.
- 22.6. Se durante o prazo de vigência do Contrato ocorrer a criação de novos tributos, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, ou ainda a extinção de tributos existentes, a



instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de tributos, que, de forma direta, venham a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus da **CONTRATADA**, o preço será revisto proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, compensando-se, na primeira oportunidade, a diferença decorrente das respectivas alterações.

22.6.1. A revisão prevista no item 22.6, para majorar o preço contratual, somente ocorrerá se o aumento da carga tributária não for resultante de: (i) decisão da **CONTRATADA**, tais como a modificação do estabelecimento do fornecedor, a adesão ou exclusão a sistema simplificado de tributação, entre outros, ou (ii) ainda de mera circunstância econômica, como o enquadramento em nível de tributação superior em função do crescimento da receita, já existente quando da apresentação da proposta.

22.6.2. A **CONTRATADA** disponibilizará todos os documentos necessários para evitar os ônus decorrentes da responsabilidade solidária da **INB**, prevista em lei, inclusive os relativos aos seus subfornecedores e subcontratadas, sem necessidade de notificação ou aviso prévio, sob pena de sofrer a compensação, na primeira oportunidade, do valor dos tributos em relação aos quais se aplicam a responsabilidade solidária prevista na legislação.

22.7. O preço será imediatamente ajustado, com vistas a expurgar o valor do tributo indevido, nos casos em que qualquer tributo que componha o preço contratual deixar de ser devido, total ou parcialmente, em razão de: (i) ato declaratório do Procurador Geral de Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado de Fazenda, autorizando a não interposição de recurso ou a desistência de recurso interposto pela União; (ii) súmula vinculante; (iii) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ou Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC); (iv) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal ou (v) habilitação ou enquadramento em regime de incentivo fiscal.

Cláusula 23ª - Novação

23.1. O não exercício, pela **INB**, de qualquer de seus direitos contratuais ou legais representará ato de mera tolerância e não implicará em novação quanto aos seus termos, nem em renúncia ou desistência dos referidos direitos, os quais poderão ser por ela exercidos a qualquer tempo.

Cláusula 24ª – Anticorrupção

24.1. Na execução do presente Contrato é vedado às Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - **INB** e à **CONTRATADA**, e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu, oferecer, dar, ou se comprometer a dar, uma a outra ou a quem quer que seja, ou a aceitar, ou se comprometer a aceitar de quem ser que seja, tanto por si, quanto através de outrem, pagamento, em espécie ou em bem, doação, compensação, vantagens financeiras e/ou benefícios de qualquer espécie que constituam, na forma da legislação de regência, prática ilegal ou de corrupção quanto ao objeto do presente Contrato, direta ou indiretamente, ou ainda, de outra forma que não relacionada a este Contrato.

Cláusula 25ª - Valor do Contrato

25.1. O presente Contrato tem seu valor global, para todos os efeitos legais e contratuais, em R\$ [_____] (_____), base ____/2025.

Cláusula 26ª - Foro

26.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir as questões decorrentes deste Contrato, desistindo as partes de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



E por estarem justas e contratadas, assinam as Partes o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e para um só efeito.

Rio de Janeiro,

INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. - INB

CONTRATADA



ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA



TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação: Seguro de Transporte Nacional das Operações Logísticas da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB.

A presente contratação tem por escopo a aquisição de **apólice de seguro de transporte nacional**, com vistas à proteção ampla, eficaz e ininterrupta do patrimônio da **INB**, empresa pública vinculada ao **Ministério de Minas e Energia**, cuja atividade estratégica está intrinsecamente associada à **cadeia produtiva do combustível nuclear**.

O seguro ora pleiteado objetiva garantir cobertura patrimonial para **todos os bens, mercadorias e materiais** vinculados às operações logísticas da estatal, compreendendo, de forma exemplificativa e não exaustiva:

- **Matérias-primas,**
- **Equipamentos industriais,**
- **Racks, tambores e contêineres,**
- **Peças, componentes, sobressalentes,**
- **Instrumentos, aparelhos e acessórios diversos,**
- **Matérias primas, máquinas, equipamentos, racks, tambores, containers, peças, componentes, sobressalentes, aparelhos, máquinas e equipamentos industriais destinados ao ativo fixo da INB, suas partes, peças, acessórios e pertences, acondicionados em embalagens compatíveis com sua natureza física e com os requisitos técnicos de segurança previstos para o transporte terrestre de cargas.**

Transporte de Materiais Nucleares

Importa salientar que, em caráter eventual e mediante controle rigoroso, poderão ser objeto do seguro cargas contendo **materiais nucleares classificados como radioativos**, cuja manipulação e transporte obedecem a normas específicas de direito interno e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Entre os principais produtos transportados sob essa categoria, destacam-se:

- **Concentrado de Urânio (U_3O_8)** – IMDG UN 2912, Classe 7, NCM 2844.10.00;
- **Urânio Enriquecido (UF_6)** – UN 2977, Classe 7, NCM 2844.20.00;
- **UF_6 Enriquecido Exceptivo** – UN 2978, NCM 2844.20.00;
- **UF_6 Natural** – UN 2978, NCM 2844.10.00;
- **Varetas de Gadolínio** – UN 3325 ou UN 3327, NCM 2844.20.00;
- **Pó de U_3O_8 Enriquecido** – UN 3327, NCM 2844.20.00.

O transporte desses produtos é precedido da **ativação do Plano de Transporte e Proteção Física de Materiais Nucleares**, elaborado em estrita consonância com as diretrizes da **Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN**, contando com a atuação integrada da **Polícia Rodoviária Federal** e dos setores internos da INB responsáveis pela **Segurança Física, Segurança Patrimonial e Proteção Radiológica**.



Execução do Transporte e Escolta

As operações logísticas cobertas por esta contratação serão executadas, conforme a natureza da carga e sua criticidade, por **transportadoras previamente habilitadas**, nos termos da legislação aplicável e dos normativos técnicos exigidos para o manuseio e transporte de cargas sensíveis, ou, alternativamente, por **meios próprios da INB**, respeitada a viabilidade técnica, operacional e de segurança.

Nas operações que envolvam **escolta**, a atuação da **Polícia Rodoviária Federal** estender-se-á desde a origem (instalações industriais da INB) até o ponto de entrega ou embarque da carga, abrangendo inclusive os **terminais portuários**, com o objetivo de assegurar a **mitigação de riscos logísticos, operacionais e ambientais**.

Normativo Regente

As **coberturas securitárias** exigidas encontram-se devidamente alinhadas aos parâmetros estabelecidos na **Circular SUSEP nº 354, de 30 de novembro de 2007**, a qual dispõe sobre as **condições contratuais mínimas para os seguros de transporte nacional**. Nos termos do artigo 3º da referida norma, tais diretrizes **prevalecerão sobre quaisquer cláusulas contratuais divergentes eventualmente apresentadas pelas seguradoras participantes do certame**, resguardando a segurança jurídica da contratação.

2. Âmbito de Aplicação da Cobertura Securitária (Transportes e Viagens Cobertas)

A presente contratação abrange, de forma ampla, contínua e ininterrupta, **todas as operações de transporte terrestre realizadas no território nacional brasileiro**, independentemente da origem ou do destino da carga, desde que devidamente averbadas nos termos estabelecidos pela apólice.

Nos termos do **artigo 5º da Circular SUSEP nº 354/2007**, o contrato de seguro de transportes pode aplicar-se expressamente a **bens transportados em percursos nacionais e internacionais**, por vias aquaviárias, aéreas e, especialmente neste caso, terrestres, sendo vedada a contratação de mais de um seguro sobre o mesmo interesse e contra os mesmos riscos (art. 8º da mesma norma), o que reforça a exigência de clareza quanto ao objeto e ao percurso segurado.

Assim, encontram-se abrangidas por esta cobertura:

- Todas as viagens realizadas **entre quaisquer localidades do território nacional**;
- Operações logísticas com **embarques, transbordos, baldeações, pernoites ou redespachos**;
- Deslocamentos realizados por **transportadoras contratadas** ou por **meios próprios da INB**, desde que obedecidos os critérios técnicos, legais e securitários estabelecidos;
- Permanência temporária da carga em armazéns intermediários, sempre que vinculada ao percurso segurado, nos termos das cláusulas contratuais e da cobertura básica ampla "A", com respaldo na Circular SUSEP.

O início e o fim dos riscos segurados observarão o critério **“casa a casa”**, conforme amplamente aceito no mercado securitário, compreendendo:

- O início da cobertura a partir do **carregamento da carga no veículo transportador**, no local de origem;



- A vigência durante **todo o percurso logístico**, incluindo eventuais operações auxiliares de transporte e armazenagem;
- O encerramento da cobertura com a **descarga da carga no local de destino final**, ainda que este se situe fora das unidades da INB, desde que previamente especificado.

Dessa forma, a estrutura da cobertura foi concebida para garantir **flexibilidade logística, abrangência territorial plena** e, sobretudo, **segurança jurídica e operacional**, em consonância com as melhores práticas do setor público.

3. Importância Segurada (Base de Cálculo da Cobertura Patrimonial)

A **Importância Segurada** corresponde ao valor pecuniário atribuído aos bens objeto da cobertura securitária, representando, para todos os fins legais e contratuais, o **limite máximo de responsabilidade da Seguradora** em caso de ocorrência de sinistro devidamente coberto, nos termos das disposições da apólice.

Nos moldes do item III – **Importância Segurada**, constante das **Condições Gerais da Circular SUSEP nº 354/2007**, este valor deverá ser informado pelo Segurado, sendo obrigatoriamente respaldado por documentação comprobatória legítima, dotada de fé pública e apta a evidenciar, de forma inequívoca, a natureza e o valor dos bens transportados. Dentre os documentos válidos para tal finalidade, destacam-se:

- Nota fiscal;
- Fatura comercial de compra e venda;
- Conhecimento de embarque;
- Documento equivalente, reconhecido pelas normas tributárias e comerciais aplicáveis.

Para fins de **registro, averbação e emissão da apólice**, o valor da Importância Segurada deverá ser expresso em **moeda corrente nacional (Real – R\$)**.

3.1 Custo e Frete

O valor da Importância Segurada poderá abranger, além do custo intrínseco dos bens transportados, outras verbas acessórias relacionadas à operação logística, desde que expressamente consignadas nas **averbações provisórias e definitivas**.

- **Custo do Objeto Segurado:** Definido com base na fatura comercial de aquisição ou, na ausência desta, pelo **valor de mercado vigente** no local e na data de embarque, com respaldo em critérios objetivos e economicamente mensuráveis.
- **Frete:** Valor correspondente à prestação de serviço de transporte, acrescido ao custo do bem segurado, conforme previsto na **Cobertura nº 200 – Adicional de Frete e/ou de Seguro**, constante do plano padronizado de seguro de transporte estabelecido pela Circular SUSEP nº 354/2007.



Essa composição assegura que o valor segurado reflita não apenas o patrimônio físico transportado, mas também os custos logísticos essenciais à sua movimentação, em consonância com o **princípio da reposição integral**, que rege o seguro de danos.

3.2 Despesas Relacionadas ao Transporte

A cobertura da Importância Segurada poderá, ainda, ser estendida às **despesas diretamente decorrentes das operações logísticas**, desde que atendidos os seguintes critérios:

- Sejam exclusivamente motivadas por **danos materiais cobertos pela apólice**;
- Sejam decorrentes de medidas necessárias à regularização, transferência ou reintegração dos bens, tais como:
 - Despacho aduaneiro;
 - Desembaraço fiscal;
 - Translado e armazenagem emergencial;
 - Custos de salvamento e remoção da carga.

A indenização relativa a tais despesas estará **limitada a 10% (dez por cento)** do montante total referente ao **Custo e Frete** do embarque segurado, percentual este definido como medida de **razoabilidade técnica, equilíbrio atuarial e prevenção de abusividade**, conforme prática consolidada do mercado securitário.

4. Limite Operacional de Utilização (Exposição Máxima Global durante a Vigência Contratual)

Nos termos definidos em apólice e em consonância com as diretrizes técnicas emanadas pela **Superintendência de Seguros Privados – SUSEP**, entende-se por **Limite Operacional de Utilização** o **montante global acumulado das Importâncias Seguradas efetivamente averbadas** ao longo da vigência contratual do seguro, refletindo a **exposição máxima da seguradora ao risco de indenização** durante o período coberto.

Trata-se, portanto, de um teto financeiro projetado com base no **somatório sucessivo de cada embarque individual averbado**, constituindo um instrumento essencial para o dimensionamento atuarial da apólice e a preservação do equilíbrio técnico-financeiro da relação securitária.

Desta forma, a apólice operará sob regime de **limite agregado**, em que a seguradora assume, de maneira cumulativa, as responsabilidades decorrentes de múltiplos embarques cobertos, até o montante máximo estabelecido contratualmente.

Estimativa do Valor Global de Averbação

Com base em projeções realistas elaboradas pela **INB**, à luz de seu planejamento logístico e de dados históricos dos ciclos operacionais relacionados à cadeia do combustível nuclear, estima-se que o **valor agregado das Importâncias Seguradas** a serem averbadas durante o período de vigência contratual de **24 (vinte e quatro) meses** situar-se-á na ordem de **R\$ 27.592.113,16 (vinte e sete milhões quinhentos e noventa e dois mil cento e treze reais e dezesseis centavos)**.

5. Limite Máximo de Garantia por Embarque / Evento (Limitação da Responsabilidade Indenizatória por Ocorrência Isolada)



Nos termos desta contratação, o **Limite Máximo de Garantia (LMG)** corresponde ao **valor máximo de indenização que poderá ser exigido da Seguradora por ocorrência individual**, considerada como cada viagem, sinistro ou evento danoso, independentemente da quantidade de bens transportados, do modal logístico utilizado ou das localidades de origem e destino envolvidas.

O LMG opera como **parâmetro delimitador da extensão da obrigação securitária**, nos moldes das práticas consagradas pelo mercado de seguros e em consonância com os princípios da proporcionalidade, boa-fé objetiva e gestão técnica do risco.

Para fins desta apólice, o **Limite Máximo de Garantia por embarque/evento está fixado em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, valor este que representa a **exposição máxima assumida pela Seguradora em relação a um único evento coberto**.

Importa destacar que esse limite abrange, inclusive, **eventuais acúmulos não intencionais de mercadorias** oriundos de múltiplos embarques, quando transportados em conjunto ou armazenados em condições que venham a configurar, para fins securitários, um mesmo evento ou operação integrada — ainda que tal acúmulo se dê sem conhecimento prévio e específico do Segurado.

5.1. Exceção ao LMG: Solicitação de Cobertura Superior

Nas hipóteses em que a operação logística envolva **bens cujo valor global ultrapasse o Limite Máximo de Garantia estipulado**, a **validade da cobertura securitária dependerá de comunicação prévia e formal** do Segurado à Seguradora, com **antecedência mínima de 3 (três) dias úteis** em relação à data prevista para o início do transporte ou para o acúmulo de cargas.

Tal solicitação deverá ser realizada **por escrito**, observando os canais e procedimentos estabelecidos contratualmente, e estará sujeita à:

- **Análise técnica da seguradora,**
- **Avaliação dos riscos envolvidos,**
- E à **manifestação expressa de aceite**, por meio de endosso específico ou documento equivalente.

O atendimento a essa exigência encontra respaldo nos princípios jurídicos da **boa-fé objetiva, da cooperação entre as partes e da gestão transparente do risco**, consagrados tanto pelo **Código Civil Brasileiro (arts. 113, 422 e 421-A)** quanto pelas diretrizes da **Circular SUSEP nº 354/2007**, que disciplina os contratos de seguro de transporte.

5.2. Interpretação do Conceito de “Mesmo Evento”

Para os efeitos desta apólice, considera-se **"mesmo evento"** toda e qualquer **ocorrência acidental, fortuita ou dolosa que resulte em perdas, danos ou extravios ao objeto segurado**, desde que haja **unidade de causa (nexo de causalidade)** e **simultaneidade nos efeitos lesivos**, ainda que a carga esteja distribuída em múltiplos pontos ou veículos.

Estarão abrangidas nesta definição situações como:

- Cargas **transportadas simultaneamente por mais de um veículo**, ainda que em comboio rodoviário, ferroviário ou multimodal;
- Bens **armazenados ou temporariamente depositados** em pátios, armazéns ou instalações logísticas distintas, desde que vinculados a um mesmo ciclo de transporte e afetados por um



evento com origem comum (ex.: incêndio, alagamento, sabotagem ou acidente de trânsito em cadeia).

6. Prejuízos Indenizáveis (Cobertura Patrimonial em Caso de Sinistro)

Nos estritos termos da apólice e em conformidade com as disposições da **Circular SUSEP nº 354/2007**, consideram-se **indenizáveis** os **prejuízos materiais efetivamente suportados pelo Segurado**, desde que decorrentes, de forma direta, da **ocorrência de riscos previstos e cobertos pelo contrato de seguro** de transporte.

A indenização, como expressão da função social e reparatória do contrato de seguro, compreende:

- **Os danos materiais causados ao objeto segurado**, em virtude de sinistros cobertos, com destruição parcial ou total, perecimento, extravio, furto, roubo, avarias ou quaisquer outras ocorrências previstas no clausulado securitário;
- **As despesas comprovadamente realizadas pelo Segurado**, ainda que sem prévia autorização da Seguradora, desde que se destinem à **defesa, salvaguarda, proteção, contenção ou recuperação do objeto segurado**, nos termos do princípio do **salvamento obrigatório** previsto nos artigos 771 e 772 do **Código Civil Brasileiro**;
- **Custos operacionais ou emergenciais incorridos com o intuito de mitigar os efeitos do sinistro**, tais como remoção da carga, contratação de equipamentos auxiliares, transporte alternativo, reparações emergenciais e medidas de contenção de danos.

Essas despesas, desde que **razoáveis, proporcionais, documentadas e necessárias**, poderão ser incluídas no cálculo da indenização, **observado o limite da Importância Segurada fixado na apólice**, conforme disposto nas cláusulas contratuais e na regulamentação vigente.

Limitação da Responsabilidade Securitária

A responsabilidade da Seguradora **não ultrapassará, em nenhuma hipótese, o valor da Importância Segurada** previamente estipulada e averbada para cada embarque ou evento, servindo tal valor como **teto máximo indenizável**, nos termos do artigo 757 do Código Civil e das diretrizes estabelecidas pela SUSEP.

Eventuais prejuízos indiretos, lucros cessantes, danos morais, penalidades contratuais, tributos não recuperáveis ou perdas não diretamente vinculadas ao bem segurado **não estarão abrangidos pela cobertura**, salvo se especificamente contratados por meio de cláusula adicional, aprovada pela SUSEP e expressamente pactuada entre as partes.

Responsabilidade Compartilhada e Cooperação

A caracterização do direito à indenização estará condicionada à **comprovação documental do sinistro e de suas causas**, bem como à **colaboração plena do Segurado nos trâmites de regulação**, conforme determina a boa-fé objetiva (art. 422, Código Civil), princípio norteador dos contratos de seguro e das relações contratuais mantidas com a Administração Pública.

Síntese e Fundamentação Técnica

O conjunto dos prejuízos indenizáveis definidos neste instrumento guarda perfeita harmonia com o modelo jurídico-regulatório vigente, respeitando:

- **Os limites contratuais pactuados,**



- As **normas técnicas da SUSEP** (Circular nº 354/2007),
- E os **princípios da função reparatória e do equilíbrio atuarial** que regem o contrato de seguro.

Assim, garante-se que o ressarcimento por sinistro opere **com justiça, previsibilidade e segurança jurídica**, preservando tanto o interesse público (no caso da INB) quanto a sustentabilidade do pacto securitário.

7. Bens Não Compreendidos no Seguro (Exclusões Técnicas e Limitações de Cobertura)

Nos termos do disposto no **Item VIII – Bens Não Compreendidos no Seguro**, constante das **Condições Gerais da Circular SUSEP nº 354/2007**, ficam expressamente excluídos da cobertura securitária os **bens e mercadorias cuja aceitação não é admitida pela regulamentação vigente**, ou que, por sua natureza, apresentem risco agravado, incompatível com o escopo técnico da apólice contratada.

A exclusão de determinados bens da cobertura não constitui uma limitação arbitrária, mas sim medida **fundada na prudência atuarial, na segurança jurídica e na observância das normas regulatórias da SUSEP**, que objetivam preservar o equilíbrio econômico-financeiro da apólice e a viabilidade técnica do contrato de seguro.

Assim, **não serão objeto de cobertura**, ressalvadas as hipóteses excepcionais expressamente previstas neste **Termo de Referência**, os seguintes grupos de bens, entre outros elencados nas condições gerais da seguradora e referendados pela SUSEP:

- Bens de uso pessoal, bagagens, moedas em espécie, pedras preciosas, metais nobres, obras de arte ou de valor histórico, salvo se expressamente pactuado;
- Títulos de crédito, valores mobiliários, documentos, manuscritos e arquivos digitais ou magnéticos;
- Animais vivos, produtos perecíveis ou sujeitos a deterioração rápida, salvo mediante cobertura específica adicional;
- Bens cujo transporte infrinja normas de segurança, ambientais ou sanitárias vigentes;
- Cargas que dependam de licenciamento especial não obtido, ou cuja circulação não esteja devidamente regularizada perante os órgãos competentes.

Importa esclarecer que essas exclusões, previstas tanto no **ordenamento regulatório** quanto na prática consolidada do setor, **não afastam o direito do Segurado à pactuação de coberturas específicas** mediante endosso, quando tecnicamente viável e juridicamente admissível, mediante análise de risco e aprovação prévia da Seguradora.

Cláusula de Flexibilização e Exceção Técnica

Ressalva-se que determinadas exclusões previstas de forma genérica poderão ser flexibilizadas ou incorporadas à cobertura, desde que expressamente previstas neste Termo de Referência, nas **cláusulas particulares da apólice**, ou em **endosso específico validado pela SUSEP**, observadas:

- A natureza dos bens a serem transportados;



- Os requisitos legais e regulamentares aplicáveis;
- E a aprovação prévia e formal da Seguradora, com base em critérios técnicos objetivos.

Essa possibilidade de exceção visa compatibilizar a rigidez normativa com a **realidade operacional da contratante (INB)**, cujas atividades envolvem, por vezes, o transporte de bens estratégicos, sensíveis e de valor científico-tecnológico elevado.

8. Riscos Cobertos (Arcabouço Técnico-Securitário da Apólice de Transporte Nacional)

A apólice a ser contratada deverá contemplar um **conjunto abrangente e integrado de garantias**, estruturado entre **coberturas básicas, adicionais e cláusulas específicas**, de modo a compatibilizar a proteção securitária à **natureza dos bens transportados** – sejam novos ou usados – bem como as características operacionais **das cadeias logísticas** envolvidas nas atividades da INB.

Este arcabouço técnico encontra amparo nas diretrizes estabelecidas pela **Circular SUSEP nº 354/2007**, que regula as condições contratuais mínimas para o seguro de transporte no Brasil, sendo suas disposições vinculantes a todas as seguradoras autorizadas a operar nesse ramo.

8.1 Cobertura Básica Ampla – Tipo A (Aplicável a bens e mercadorias novas)

Essa cobertura tem como escopo garantir a **proteção contra todos os riscos de perdas e danos materiais** que venham a atingir os bens segurados durante o transporte, salvo as hipóteses de exclusão expressamente previstas nas condições gerais e particulares da apólice.

8.2 Cobertura Básica Restrita – Tipo C (Aplicável a bens e mercadorias usadas)

Indicada para bens com uso anterior ou pré-existência comprovada, esta modalidade de cobertura se restringe aos **riscos nomeados no clausulado contratual**, tais como colisão, incêndio, capotamento, tombamento, roubo qualificado e outros eventos especificamente descritos.

8.3 Coberturas Adicionais (Expansão do escopo securitário conforme as peculiaridades operacionais)

A fim de conferir **flexibilidade, adequação prática e robustez técnica** ao contrato securitário, deverão ser incorporadas, conforme aplicabilidade, as seguintes **coberturas adicionais padronizadas**, todas reconhecidas pela SUSEP e usualmente adotadas no mercado:

Cobertura nº 200 – Fretes e/ou Seguros: indenização referente aos valores despendidos com fretes e seguros vinculados às mercadorias sinistradas;

Cobertura nº 201 – Despesas: extensão da proteção a **gastos emergenciais** e comprovadamente necessários à **contenção de danos, salvamento e mitigação de perdas**;

Cobertura nº 205 – Mercadorias em Devolução ou Redespachadas: garante a integridade dos bens em processo de retorno, reentrega ou remanejamento logístico;

Cobertura nº 209 – Transbordo e Desvio de Rota: ampara ocorrências de natureza extraordinária relacionadas a alterações de trajeto, redespacho ou baldeação;



Cobertura nº 210 – Risco de Greve: indenização por **danos decorrentes de atos de greve, lock-out, tumultos e distúrbios civis**, desde que não configurados como força maior excludente de responsabilidade;

Cobertura nº 213 – Extensão de Cobertura e Abertura de Volumes: proteção contra perdas verificadas no processo de **conferência, desembalagem e inspeção de volumes**, especialmente em cargas sensíveis.

8.4 Cláusulas Específicas (Dispositivos Complementares com Valor Técnico-Regulatório)

Além das coberturas básicas e adicionais, o contrato deverá incorporar cláusulas específicas com o objetivo de **regulamentar situações técnicas particulares e assegurar total aderência à norma vigente**, destacando-se:

Cláusula nº 301 – Bens Usados: define critérios e responsabilidades para cobertura de equipamentos e mercadorias com uso anterior, mitigando riscos de litigiosidade;

Cláusula nº 309 – Averbação Simplificada: estabelece mecanismo declaratório célere e eficaz para formalização de embarques, nos moldes da Circular SUSEP nº 354/2007;

Cláusula nº 311 – Franquia em Transportes Terrestres: define os percentuais e limites de franquias aplicáveis por evento, resguardando a sustentabilidade da apólice e a previsibilidade da indenização;

Cláusula nº 312 – Aparelhos, Máquinas e Equipamentos: disciplina o transporte de bens de **alto valor agregado e elevada complexidade técnica**, assegurando cobertura diferenciada e tratamento técnico especializado.

9. Prazo de Vigência da Apólice de Seguro (Duração Contratual, Contagem Temporal e Prorrogação)

A apólice de seguro objeto da presente contratação terá início de vigência às **24 (vinte e quatro) horas do dia 22 de outubro de 2025**, estendendo-se até as **24 (vinte e quatro) horas do dia 22 de outubro de 2027**, perfazendo o prazo contratual de **24 (vinte e quatro) meses consecutivos**.

Prorrogação Contratual

Fica desde já prevista a possibilidade de **prorrogação da vigência da apólice**, conforme o interesse público, a continuidade da prestação do serviço e a conveniência administrativa. Tal prorrogação poderá ocorrer por até **03 (três) períodos sucessivos**, com duração de **12 (doze) meses cada**.

10. Taxas (Modelo de Precificação e Base de Incidência Técnica)

A proposta comercial apresentada pela Seguradora deverá contemplar, **obrigatoriamente**, a aplicação de **taxa única, uniforme e inalterável** ao longo de toda a vigência contratual da apólice, independentemente:

- Do tipo de mercadoria transportada;
- Da origem ou do destino da carga;
- Do modal utilizado ou da complexidade logística envolvida.

Base de Cálculo da Taxa



A **taxa única proposta** deverá incidir sobre o valor integral da operação de transporte, composto pelas seguintes parcelas:

- **Custo da Mercadoria:** valor atribuído ao bem transportado, conforme nota fiscal, fatura comercial ou documento equivalente dotado de fé pública;
- **Frete:** valor pago pela prestação do serviço logístico de deslocamento da carga;
- **Despesas Associadas:** encargos diretamente relacionados ao transporte, como seguro adicional contratado, manuseio, armazenagem, despacho, traslado ou operação de transbordo.

Coberturas Inclusas na Taxa Única

A taxa única deverá, **necessariamente**, incorporar, sem qualquer acréscimo posterior ou cobrança adicional, as coberturas previstas para os seguintes riscos específicos, cujo tratamento técnico já foi detalhado nas cláusulas anteriores deste Termo de Referência:

- **Risco de Greves, Lock-out e Tumultos (Cobertura nº 210);**
- **Transbordo e Desvio de Rota (Cobertura nº 209);**
- **Abertura de Volumes durante conferência (Cobertura nº 213);**
- **Mercadorias em Devolução ou Reexpedidas (Cobertura nº 205).**

11. Prêmio Mínimo Mensal

(Inexistência de Exigência de Valor Fixo Mensal – Modelo de Contraprestação Variável por Averbação)

Nos termos desta contratação, **fica expressamente vedada a exigência de prêmio mínimo mensal**, qualquer que seja a frequência, a quantidade ou o valor agregado dos embarques realizados dentro do período de referência.

A apólice será regida pelo **modelo contributivo variável**, de modo que a **contraprestação securitária (prêmio)** será devida **exclusivamente em função das averbações efetivamente realizadas**, vinculando-se, portanto, **à ocorrência concreta de transporte coberto**, nos moldes do que dispõe a **Circular SUSEP nº 354/2007**, que disciplina a estruturação e comercialização dos seguros de transporte nacional.

Racionalidade Técnica e Equidade Econômico-Financeira

A cláusula de isenção de prêmio mínimo mensal traduz um **compromisso com a equidade e a proporcionalidade na relação contratual**, evitando:

- A cobrança de valores desvinculados da prestação efetiva do serviço securitário;
- A geração de ônus fixos indevidos, sobretudo nos períodos em que não houver embarques;

Função Técnica e Estratégica da Averbação



No regime securitário aplicável, cada embarque realizado e devidamente averbado constitui uma **unidade autônoma de risco**, sendo o respectivo prêmio calculado com base na **Importância Segurada específica da operação**, conforme estabelecido no item III da Circular SUSEP nº 354/2007.

Desse modo, a **não incidência de prêmio mínimo mensal** está em consonância com o princípio da **comutatividade contratual**, uma vez que o risco assumido pela Seguradora existe apenas enquanto houver transporte efetivo registrado e declarado.

12. Franquias

(Delimitação da Responsabilidade Compartilhada e Limite de Participação do Segurado)

A apólice ora contratada será, por regra, **isenta de aplicação de franquias**, de modo a garantir **indenização integral ao Segurado** nos casos de sinistros amparados pela cobertura básica ampla, excetuadas as hipóteses expressamente previstas neste Termo de Referência.

A única exceção admitida refere-se às chamadas **Avárias Particulares**, ou seja, **danos parciais ou isolados que não resultem de eventos externos de grande magnitude**, mas que possam decorrer de movimentação da carga, vibração, manuseio inadequado ou pequenas colisões não caracterizadas como acidentes rodoviários completos.

Franquia Aplicável em Casos de Avárias Particulares

Para os sinistros que se enquadrem na definição de Avaria Particular, aplicar-se-á **franquia dedutível de 10% (dez por cento) sobre o valor dos prejuízos indenizáveis**, observando-se, contudo, um **limite mínimo fixo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por ocorrência**, conforme prática consolidada do mercado e com respaldo técnico-atuarial.

Base Normativa e Justificativa Técnica

A adoção da franquias específica para avárias particulares está em conformidade com o disposto na **Circular SUSEP nº 354/2007**, que prevê, a possibilidade de estipulação de **cláusulas de franquias ou participação obrigatória do segurado**, desde que estas estejam **devidamente expressas no contrato e não prejudiquem o equilíbrio da relação contratual**.

O modelo aqui proposto atende ao **princípio da proporcionalidade**, ao passo que preserva o direito à reparação nos eventos mais graves e relevantes, sem transferir ao segurado encargos desarrazoados ou excessivos.

13. Forma de Contratação e Averbações

(Procedimento Declaratório de Riscos e Regime de Averbação Simplificada)

Nos termos da **Cláusula Específica nº 309 – Averbação Simplificada para Seguro de Transporte Nacional**, adotada com fundamento na **Circular SUSEP nº 354/2007**, a presente apólice será contratada sob a sistemática da **averbação simplificada mensal**, modalidade que privilegia a eficiência administrativa, a economicidade operacional e a conformidade documental.

Neste modelo declaratório, o Segurado compromete-se a encaminhar à Seguradora, até o **dia 15 (quinze) de cada mês**, a **relação completa e detalhada dos embarques efetivamente realizados**, cuja chegada ao destino tenha se concretizado no mês civil imediatamente anterior.

Forma de Envio e Segurança da Informação



O envio da relação mensal de embarques deverá ser realizado por **meio eletrônico seguro, rastreável e auditável**, preferencialmente em formato digital padronizado (pdf, planilha ou sistema de integração), a fim de garantir:

- A **fidedignidade das informações prestadas**;
- A **rastreabilidade dos dados e documentos**;
- E a **segurança jurídica da operação**, nos termos dos princípios da **boa-fé objetiva** (art. 422 do Código Civil) e da **função social do contrato de seguro** (art. 421).

14. Vistorias

(Apuração Técnica de Danos e Condições para Liquidação do Sinistro)

Na hipótese de ocorrência, suspeita ou indício de **danos, perdas ou sinistros** que possam atingir os bens e mercadorias abrangidos pela cobertura securitária, será obrigatória a realização de **vistoria técnica especializada**, com o objetivo de apurar a **existência, a extensão e o valor das perdas efetivamente indenizáveis**.

A vistoria será conduzida por profissional ou empresa credenciada pela Seguradora, devidamente habilitada para a elaboração de **laudo pericial conclusivo**.

Dispensa de Vistoria e Reconhecimento Simplificado

A exigência de vistoria poderá ser **expressamente dispensada pela Seguradora**, hipótese na qual está **reconhecerá integralmente o valor dos prejuízos declarados pelo Segurado**, desde que acompanhados de documentação comprobatória hábil, dotada de fé pública, como notas fiscais, relatórios logísticos, imagens ou outros elementos que atestem a ocorrência do sinistro.

Tal dispensa, quando formalizada, caracteriza **reconhecimento unilateral da obrigação indenizatória**, ensejando a imediata liquidação do sinistro, respeitado o prazo legal de 30 (trinta) dias para pagamento da indenização.

Canal Permanente de Atendimento e Suporte Técnico

A Seguradora obriga-se a disponibilizar **canal de atendimento permanente, ininterrupto e de cobertura nacional**, operando em **regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana**, para fins de:

- Comunicação imediata de sinistros;
- Acionamento de vistorias e assistência técnica;
- Esclarecimento de dúvidas e orientações sobre procedimentos.

O acesso ao canal poderá ser disponibilizado por meio de **central telefônica, portal eletrônico, e-mail institucional ou plataforma integrada de atendimento**, devendo ser garantida a rastreabilidade de todas as comunicações realizadas, inclusive com protocolo de atendimento e identificação do responsável.

Responsabilidade pelas Despesas com Vistoria

As **despesas decorrentes da realização de vistorias técnicas, deslocamentos e inspeções especializadas** correrão, **em regra, por conta exclusiva da Seguradora**, conforme princípio da responsabilidade objetiva pelo ônus da apuração técnica do risco, excetuando-se os casos em que:



- A reclamação securitária seja manifestamente **improcedente** ou contenha **informações inverídicas ou omissas**;
- Fique comprovada a inexistência de cobertura contratual ou a ausência de relação entre o sinistro e o objeto segurado.

Nessas hipóteses, poderá ser **imputado ao Segurado o ressarcimento dos custos operacionais incorridos**, desde que previamente informado e mediante apresentação de relatório técnico que justifique tal medida.

15. Meio de Transporte (Abrangência Modal, Requisitos Regulatórios e Condicionantes Técnicas da Cobertura)

A apólice de seguro de transporte nacional deverá contemplar, em caráter amplo e irrestrito, a cobertura de **todas as modalidades regulares de transporte de cargas empregadas no território nacional**, abrangendo, de forma expressa, os **modais rodoviário, ferroviário, aquaviário e multimodal**, desde que observadas as **condições legais, normativas e técnicas previstas neste Termo de Referência** e na legislação vigente.

A amplitude da cobertura reflete a realidade operacional da **INB**, cujas atividades logísticas, de natureza estratégica, demandam flexibilidade modal, segurança jurídica e aderência regulatória em todos os deslocamentos de bens patrimoniais, insumos industriais e materiais sensíveis.

15.1 Condicionantes Regulatórios da Eficácia da Cobertura

Para que a cobertura securitária seja plenamente válida e eficaz, será exigido que os **meios de transporte empregados estejam integralmente regulares e tecnicamente aptos à operação**, o que implica:

Estarem **devidamente licenciados, registrados e habilitados junto aos órgãos fiscalizadores competentes**, conforme o respectivo modal:

- **ANTT** – Agência Nacional de Transportes Terrestres, no caso do transporte rodoviário ou ferroviário;
- **ANTAQ** – Agência Nacional de Transportes Aquaviários, no transporte hidroviário;
- **Marinha do Brasil**, no caso de embarcações;
- **DENATRAN e DETRANs estaduais**, quanto à regularidade de veículos automotores.

Estarem **tecnicamente compatíveis com o tipo de carga transportada**, respeitando suas propriedades físicas, químicas, biológicas ou radiológicas, conforme aplicável.

Estarem expressamente autorizados a operar com os tipos de cargas transportadas, inclusive — quando for o caso — aquelas classificadas como perigosas, radioativas, sensíveis ou de valor estratégico, em conformidade com a regulamentação específica aplicável, notadamente a Resolução ANTT nº 5.947/2021, que disciplina o transporte terrestre de produtos perigosos.

15.2 Validade da Cobertura Vinculada à Regularidade Operacional

A cobertura securitária, conforme preceitua a **Circular SUSEP nº 354/2007**, somente será considerada válida para os embarques **devidamente averbados e executados em conformidade com as exigências legais e contratuais**. Nesse sentido, exige-se que:



- O modal esteja regularmente certificado para operar em território nacional;
- A transportadora ou operador logístico seja empresa legalmente constituída, com capacidade técnica reconhecida e habilitação específica, quando assim requerido por norma reguladora;
- As condições de carregamento, fixação, acondicionamento e proteção da carga observem os padrões técnicos definidos para o tipo de bem transportado, incluindo protocolos específicos de **segurança física e proteção radiológica**, nos casos de materiais radioativos ou críticos, conforme as diretrizes da **Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN**.

15.3 Transporte Terrestre

No que tange ao **modal terrestre**, consideram-se abrangidos:

- Caminhões, carretas, veículos pesados e similares;
- Vagões ferroviários ou unidades de carga sobre trilhos;
- Equipamentos automotores especiais ou de suporte à carga.

Todos os veículos utilizados deverão atender rigorosamente às **normas de segurança viária, ambiental, logística e de trânsito**, de acordo com os regramentos da ANTT, CONTRAN, DENATRAN, além de estarem equipados com **dispositivos de rastreamento e controle**, sempre que requerido pela natureza da carga.

15.4 Percursos Complementares e Operações Intermodais

Nos trechos **complementares, intermediários ou acessórios às viagens principais** — tais como transferências entre unidades operacionais, armazéns, pátios logísticos ou terminais de despacho — admite-se a utilização de **veículos auxiliares ou embarcações secundárias**, desde que:

- **Licenciados e adequados à finalidade da operação;**
- Dotados de condições técnicas e legais para transporte da carga envolvida;
- Submetidos aos **mesmos critérios de rastreabilidade, segurança e regularidade documental** exigidos nos percursos principais.

16. Pagamento do Prêmio

(Prazo, Condições Financeiras e Responsabilidade Tributária)

Em consonância com os princípios da **legalidade, transparência, previsibilidade e responsabilidade fiscal** que regem a Administração Pública, o pagamento do prêmio securitário será realizado pela **INB** no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados da data de emissão da fatura ou documento de cobrança válido, desde que:

- Emitido **de forma regular**, compatível com os valores constantes nas **averbações definitivas** referentes aos embarques efetivamente realizados;
- **Acompanhado da documentação fiscal obrigatória**, nos moldes da legislação tributária e das cláusulas contratuais pactuadas;



- **Conforme às condições estipuladas neste Termo de Referência**, sem pendências ou desconformidades formais.

16.1 Forma de Pagamento e Identificação Bancária

O pagamento será efetuado por meio de **transferência bancária (TED ou equivalente)**, em conta corrente de titularidade exclusiva da seguradora contratada, vinculada ao respectivo **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ**.

Caberá à adjudicatária a **comunicação formal, tempestiva e inequívoca de seus dados bancários**, atualizados e completos, sob pena de responder por eventual atraso ou impossibilidade de liquidação, nos termos do **art. 422 do Código Civil**, que impõe às partes contratantes o dever de agir com boa-fé objetiva, cooperação e lealdade.

A omissão ou a prestação incorreta dessas informações **não poderá ser alegada como excludente de responsabilidade** ou fator impeditivo à execução do pagamento, tampouco ensejará sanções à contratante.

16.2 Retenção de Tributos e Encargos Legais

Nos termos da legislação fiscal vigente, a INB promoverá, **antecipadamente (ex ante)**, a **retenção e o recolhimento dos tributos federais, estaduais e municipais incidentes sobre a operação**, observando as normas específicas aplicáveis à natureza jurídica da contratação e ao regime tributário da seguradora.

As principais bases normativas são:

- **Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012**, que disciplina a **retenção na fonte do IRPJ, CSLL, COFINS e PIS/PASEP** sobre pagamentos efetuados por pessoas jurídicas a prestadoras de serviços;
- **Lei Complementar nº 116/2003**, que rege o **Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS**, quando aplicável à contratação de seguros, inclusive por substituição tributária, conforme o município de incidência;
- **Lei nº 10.833/2003** e demais dispositivos aplicáveis às **contribuições sociais sobre a receita bruta**, nos casos de optantes por regimes diferenciados.

O valor efetivamente creditado à seguradora corresponderá ao **montante bruto do prêmio ajustado**, deduzidas as retenções legalmente exigíveis, as quais deverão estar **expressamente discriminadas** na nota fiscal ou documento fiscal equivalente, permitindo:

- A conferência pela contratante;
- O recolhimento nos prazos legais;
- E a escrituração contábil regular da despesa pública.

17. Liquidação e Pagamento de Sinistro (Procedimentos Indenizatórios, Apuração de Valores e Condições para Pagamento)

17.1. Obrigação de Indenizar



Verificada a ocorrência de sinistro amparado pelas coberturas previstas na apólice, a **Seguradora obriga-se, sob pena de inadimplemento contratual**, a promover o pagamento da **indenização em pecúnia**, correspondente ao **prejuízo material efetivamente comprovado**, nos limites da **Importância Segurada** e do **Limite Máximo de Garantia por Evento**, respeitadas as disposições contratuais e legais aplicáveis.

Em caráter excepcional, e **mediante anuência expressa, prévia e formal do Segurado (INB)**, poderá ser admitida, em substituição à indenização pecuniária, a **reposição integral dos bens danificados ou extraviados**, desde que tal substituição preserve a equivalência de valor e a funcionalidade do bem sinistrado.

17.2. Critério de Apuração do Valor Indenizável

Para fins de apuração do valor indenizável, será adotado, como **referência primária**, o **valor de custo do bem ou mercadoria segurada**, conforme constante da **fatura comercial, nota fiscal ou documento equivalente dotado de fé pública**.

Na hipótese de ausência ou impossibilidade de apresentação de tais documentos, será utilizado como critério subsidiário o **valor de mercado praticado na localidade e na data do embarque**, devidamente comprovado por meio de orçamentos, registros contábeis, ou indicadores de preço reconhecidos, observando-se os princípios da **razoabilidade, proporcionalidade e boa-fé objetiva** (art. 422 do Código Civil).

17.3. Condições para Liberação da Indenização

A liberação da indenização está condicionada à apresentação, pelo Segurado, de **documentação comprobatória idônea**, que demonstre de forma clara e precisa:

- A ocorrência do sinistro;
- O nexo causal com os riscos cobertos;
- O valor real e atual do bem objeto da cobertura;
- E o quantum efetivamente pleiteado.

Verificando-se, durante a análise dos documentos de averbação e embarque, a existência de **superavaliação injustificada** do valor declarado — hipótese que pode configurar tentativa de **enriquecimento sem causa**, vedado pelo art. 884 do Código Civil — a Seguradora poderá, **fundamentadamente**, requerer **esclarecimentos e ajustes** por parte da INB, com vistas à **adequação do valor pleiteado ao valor de mercado efetivamente praticado** à época da contratação do seguro.

17.4. Prazos e Disposições Complementares

O prazo para liquidação do sinistro será de **até 30 (trinta) dias corridos**, contados da data de entrega completa da documentação exigida, cabendo à Seguradora comunicar, de forma objetiva e tempestiva, eventuais pendências ou solicitações adicionais.

A contagem do prazo será suspensa enquanto perdurar a pendência formalmente comunicada ao Segurado, sendo restabelecida a partir do atendimento integral às exigências formuladas.



18. Perda Total **(Critérios Técnicos e Aplicação Individualizada do Conceito Indenizatório)**

18.1. Conceito e Critério Objetivo de Apuração

Para os efeitos desta apólice, considera-se **perda total** a situação em que os **danos materiais indenizáveis ultrapassem ou sejam iguais a 75% (setenta e cinco por cento) do valor do bem ou mercadoria segurada**, conforme estipulado nas condições contratuais pactuadas, em consonância com as **boas práticas atuariais e periciais do mercado segurador**.

18.2. Aplicação Individualizada por Volume ou Unidade Autônoma

O conceito de perda total poderá ser aplicado de forma **individualizada, volume por volume**, desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- Que o valor individual do volume esteja **explicitamente discriminado na fatura comercial, nota fiscal ou documento equivalente dotado de fé pública**;
- Que a carga **não se trate de mercadoria a granel, homogênea ou fracionável em larga escala**, cuja valoração seja realizada globalmente;
- Que haja possibilidade técnica e econômica de avaliação autônoma dos danos, sem prejuízo à integridade da cadeia logística, à rastreabilidade da carga e à precisão da regulação do sinistro.

18.3. Exceção Justificada à Regra de Discriminação Documental

Em caráter excepcional, e **desde que tecnicamente justificado**, admite-se a aplicação do conceito de perda total por volume, **ainda que a fatura comercial não apresente discriminação unitária**, nas seguintes hipóteses:

- Quando o volume transportado **constituir uma unidade física e funcional indivisível**, ou seja, um bem que, embora composto por múltiplos elementos, perca seu valor integral em razão da inutilização do todo;
- Quando for possível realizar a **avaliação independente do conteúdo sinistrado**, por meio de **documentos complementares, laudos técnicos ou pareceres periciais**, que permitam mensurar a extensão do dano com segurança, boa-fé e razoabilidade.

Essa flexibilização, quando aplicada, deverá respeitar os princípios da **equidade, da proporcionalidade e da função social do contrato de seguro**, conforme previstos nos arts. 113, 421 e 422 do **Código Civil Brasileiro**, assegurando que a indenização reflita de forma justa o prejuízo efetivamente suportado pelo Segurado.

19. Salvados **(Conceito, Obrigações do Segurado e Disposições sobre Destinação)**

19.1. Conceituação Técnica

Para os fins deste contrato de seguro, considerar-se-ão **salvados** todos os bens, partes, fragmentos ou componentes do objeto segurado que, após a ocorrência de sinistro coberto, **ainda preservem valor econômico residual**, seja pela possibilidade de **reaproveitamento, alienação, reutilização parcial, reciclagem ou recuperação técnica**, total ou parcial.



O conceito de salvado não se limita à integridade física do bem, estendendo-se a elementos que mantenham valor comercial ou patrimonial, mesmo que avariados, inutilizados para a finalidade original ou economicamente depreciados.

19.2. Dever de Diligência e Preservação dos Salvados

Ocorrendo sinistro, é dever do Segurado, em atenção aos princípios da **boa-fé objetiva (art. 422 do Código Civil)**, da **cooperação mútua** e da **função social do contrato**, adotar todas as providências razoáveis, com a máxima diligência e no menor prazo possível, visando à preservação, proteção e guarda dos salvados, com o objetivo de:

- Evitar a ampliação dos prejuízos;
- Mitigar os efeitos danosos do evento coberto;
- Preservar a integridade patrimonial da Seguradora e da INB, até a completa apuração do sinistro.

O descumprimento injustificado de tal dever poderá ensejar, nos termos do **art. 766 do Código Civil**, a **redução proporcional do valor da indenização** ou, em casos extremos, a **perda do direito à cobertura**, desde que comprovado o agravamento do risco ou a inação dolosa do Segurado.

19.3. Destinação, Alienação ou Reaproveitamento dos Salvados

A **alienação, reutilização, destinação final ou aproveitamento dos salvados** poderá ser promovida pela Seguradora, desde que precedida de **autorização formal e expressa do Segurado (INB)**, e observadas as seguintes premissas:

As medidas adotadas não representarão, por si só, **reconhecimento de responsabilidade pela ocorrência do sinistro**, tampouco implicarão **confissão tácita quanto à obrigação de indenizar**;

Os salvados somente poderão ser alienados ou reaproveitados após lavratura de **laudo técnico pericial**, que ateste a natureza, o estado e o valor residual estimado do bem;

Havendo destinação para fins públicos, ambientais ou sociais, o Segurado poderá indicar diretrizes complementares, desde que compatíveis com a legislação vigente e com as práticas de compliance da empresa.

20. Sub-rogação de Direitos (Cessão Legal de Ações e Garantias em Favor da Seguradora)

20.1. Fundamento Legal e Alcance da Sub-rogação

Nos termos do artigo **786 do Código Civil Brasileiro**, com o pagamento da indenização securitária, a Seguradora se torna, **de pleno direito, sub-rogada nos direitos, ações e garantias** que assistiam ao Segurado (INB) em face de terceiros **responsáveis civilmente pelos prejuízos indenizados**, no limite do valor pago.

Essa sub-rogação tem por objetivo preservar o **equilíbrio atuarial do contrato de seguro**, permitir o **ressarcimento de valores desembolsados pela Seguradora** e coibir o enriquecimento indevido de terceiros que tenham causado ou contribuído para o evento danoso. Trata-se, pois, de um desdobramento natural do **princípio da restituição** e da **transferência do risco**, que fundamentam a lógica securitária.

20.2. Instrumentalização e Exigibilidade da Sub-rogação



O **comprovante de pagamento da indenização** será considerado documento suficiente e hábil para fins de formalização da sub-rogação, **dispensando-se quaisquer atos adicionais de cessão**, exceto quando exigidos por lei específica ou regulamento interno da Administração Pública.

20.3. Limites e Compatibilidade com o Interesse Público

A sub-rogação prevista nesta cláusula limita-se ao **montante efetivamente indenizado pela Seguradora**, não abrangendo eventuais **valores residuais, lucros cessantes ou danos extrapatrimoniais** cuja reparação seja de interesse exclusivo da INB ou da Administração Pública.

Importa esclarecer que a transferência de direitos sub-rogados não impede a INB de exercer, **concomitantemente**, ações de natureza administrativa, disciplinar ou de responsabilização civil, quando o evento danoso envolver servidores públicos, contratados ou terceiros sujeitos à sua jurisdição, respeitado o disposto na **Lei nº 13.303/2016** e demais normas aplicáveis à responsabilização de agentes públicos e privados no âmbito estatal.

21. Rescisão e Cancelamento

(Disposições Gerais, Regras Proporcionais e Preservação do Equilíbrio Contratual)

A apólice de seguro poderá ser **rescindida total ou parcialmente, a qualquer tempo, por iniciativa do Segurado (INB)**, mediante comunicação formal à Seguradora, salvo estipulação distinta mais favorável ao interesse público.

21.1. Riscos em Curso e Embarques Efetivados

O exercício do direito de rescisão **não prejudicará a manutenção da cobertura securitária relativa aos riscos em curso**, compreendidos como aqueles **referentes aos embarques efetivamente realizados e/ou iniciados até a data de formalização da solicitação de cancelamento**, nos termos da **Circular SUSEP nº 592/2019**, que regula a vigência da cobertura no seguro de transporte nacional.

Neste caso, a Seguradora fará jus ao **recebimento do prêmio proporcional correspondente aos riscos assumidos até a data da rescisão**, cabendo à INB a quitação dos valores devidos, conforme apuração técnica, acompanhada da respectiva nota fiscal e relatório de embarques cobertos.

21.2. Efeitos e Obrigações Pós-Rescisão

Após formalizado o pedido de rescisão:

A Seguradora obriga-se a **cessar, imediatamente, qualquer cobrança de prêmios futuros**, averbáveis apenas para embarques que tenham ocorrido até a data efetiva da comunicação de cancelamento;

Os valores eventualmente pagos de forma antecipada, e que não estejam associados a embarques efetivos, deverão ser **devolvidos à INB em até 30 (trinta) dias úteis**, corrigidos monetariamente, conforme o índice pactuado ou, na ausência deste, pelo **IPCA/IBGE**;

As partes permanecerão obrigadas à **liquidação de eventuais sinistros já ocorridos**, cujas coberturas permaneçam válidas, observando-se os prazos legais e contratuais para apuração e pagamento da indenização.

21.3. Cancelamento de Ofício ou por Descumprimento Contratual



A apólice também poderá ser rescindida **por descumprimento de obrigações contratuais por parte da Seguradora**, incluindo:

- A negativa injustificada de cobertura para riscos regularmente averbados;
- A inobservância de prazos legais para liquidação de sinistros;
- A prática de atos que comprometam a boa-fé objetiva, a cooperação ou a segurança jurídica da relação contratual.

Nestes casos, a rescisão poderá ser promovida **unilateralmente pela INB**, com respaldo nos princípios da **administração contratual, continuidade do serviço público e proteção do interesse público**, assegurando-se à estatal a aplicação das sanções previstas na legislação vigente, inclusive **rescisão motivada, multa e eventual responsabilização civil e administrativa da seguradora**.

22. Obrigações do Segurado (Dever de Observância Contratual e Normativa)

O Segurado compromete-se a **cumprir integralmente todas as obrigações constantes das Condições Gerais** que regem o seguro de transporte nacional, conforme estabelecido na **Circular SUSEP nº 354/2007**, cujas disposições constituem **parte integrante, vinculante e indissociável deste instrumento contratual**, para todos os fins de direito.

Tais obrigações abrangem, entre outras, a averbação regular dos embarques, a preservação dos bens segurados, a comunicação tempestiva de sinistros, e a adoção de medidas para mitigação de prejuízos, em conformidade com os princípios da boa-fé, cooperação e transparência que regem as relações securitárias.

23. Perda de Direitos (Hipóteses e Efeitos Jurídicos)

A eventual **perda de direitos do Segurado** será regulada pelas disposições constantes das Condições Gerais previstas na Circular SUSEP nº 354/2007, observando-se especialmente as hipóteses de:

- **Omissão dolosa de informações relevantes;**
- **Agravamento intencional do risco segurado;**
- **Inexecução de obrigações contratuais fundamentais**, que comprometam a validade da cobertura.

Tais circunstâncias, quando comprovadas, poderão ensejar a **recusa de pagamento da indenização securitária**, sem prejuízo das demais sanções civis previstas no ordenamento jurídico.

24. Cláusula de Atualização Monetária e Juros Moratórios (Recomposição do Valor e Sanção pelo Atraso)

As obrigações pecuniárias decorrentes desta apólice, incluindo o pagamento de indenizações, devoluções de valores ou quaisquer quantias devidas pelas partes, serão **atualizadas monetariamente** e sujeitas à **incidência de juros moratórios**, de acordo com os critérios estabelecidos nas Condições Gerais da Circular SUSEP nº 354/2007, respeitados os índices oficiais de correção e os prazos legais.



A aplicação da atualização e dos juros tem por objetivo **preservar o valor real da obrigação**, inibir a inadimplência e promover o equilíbrio contratual entre as partes.

25. Prescrição

(Prazos para Exercício de Direitos)

O exercício dos direitos decorrentes do contrato de seguro observará os prazos prescricionais fixados no **Código Civil Brasileiro**, especialmente nos **arts. 205 e 206**, a depender da natureza da obrigação envolvida:

- **Prazo de 1 (um) ano**, nos casos de seguro de dano, contados a partir da ciência do fato que originou a pretensão (art. 206, §1º, II, “b”);
- **Prazo de 3 (três) anos**, para pretensões de reparação civil (art. 206, §3º, V);
- **Prazo de 10 (dez) anos**, nas hipóteses residuais previstas no art. 205, quando não houver prazo específico.

Tais prazos são peremptórios e regem-se pelo princípio da segurança jurídica e pela estabilidade das relações contratuais.

26. Foro

(Competência Territorial para Solução de Controvérsias)

Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o **foro da comarca da sede do Segurado (INB)** como o único competente para dirimir eventuais controvérsias oriundas dessa contratação, **com renúncia expressa a qualquer outro**, por mais privilegiado que seja.

Tal cláusula visa garantir **celeridade, previsibilidade e economia processual**, em conformidade com o art. 63 do **Código de Processo Civil**, e está alinhada ao princípio da eficiência administrativa.

27. Condições Gerais

(Aplicabilidade, Publicidade e Vinculação Normativa)

As Condições Gerais aplicáveis à apólice são aquelas **publicadas oficialmente no sítio eletrônico da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP**, nos termos da **Circular SUSEP nº 354/2007**, e **integram este instrumento para todos os fins de direito**, assumindo natureza contratual vinculativa.

É responsabilidade das partes o conhecimento, o acesso e a observância dessas condições, cuja publicidade oficial confere validade jurídica e segurança regulatória à contratação.



Apêndice I

Apólice e Averbações Provisórias e Definitivas

(Os documentos deste anexo serão incorporados oportunamente, após sua emissão.)

Anexo II

Instrumento de Constituição do Consórcio e seu Registro

(As cópias dos documentos comprobatórios serão incluídas após a sua regular emissão e protocolização.)



ANEXO IV

PLANILHA DE PREÇOS



PLANILHA DE PREÇOS

DADOS DA EMPRESA:

Razão Social: _____ CNPJ: _____

Endereço Completo: _____

Contato: _____ E-mail: _____ Telefone: _____

OBJETO:

Contratação de Seguro de Transporte Nacional das Operações Logísticas da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB, em conformidade com o Termo de Referência.

DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR 24 MESES (R\$)
	(A)	(B)	(C) = (A*B)
Contratação de Seguro de Transporte Nacional das Operações Logísticas da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB, em conformidade com o Termo de Referência.	1		
VALOR GLOBAL R\$			

TRIBUTOS (DISCRIMINAR):

No valor GLOBAL desta proposta já estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão de obra direta e indireta, tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições parafiscais, mobilização e desmobilização, seguros, insumos, equipamentos, materiais, transporte e os demais necessários à plena execução dos serviços.

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ (.....).

Validade da Proposta Comercial: Preços válidos por 60 (sessenta) dias.

REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O INSTRUMENTO CONTRATUAL:

Nome: _____ Nome: _____

Cargo/Função: _____ Cargo/Função: _____

Assinará o Instrumento Contratual com certificado digital padrão ICP-Brasil? () SIM () NÃO

DADOS BANCÁRIOS:

Nome do Banco: _____

Agência Bancária n.º: _____ C/C do Licitante n.º: _____